

CONVERGÊNCIA

MAIO - 1969 - ANO II - Nº 14

SAÚDE NO MOSAICO BRASILEIRO



IGREJA PRESENTE



A catolicidade é sem dúvida uma das características fundamentais da verdadeira Igreja. Até bem pouco tempo, os tratados de apologética se esforçavam por demonstrá-lo, estabelecendo aprioristicamente que esta *nota* ou propriedade decorre necessariamente da definição mesma da Igreja. Aduziram, depois, confirmações estatísticas e históricas para provar suas afirmações. A maioria limitava-se, porém, a êstes critérios geográficos e numéricos. Poucos assinalavam a significação mais profunda da catolicidade que é a imensa capacidade de assimilação do fermento evangélico, lançado nas mais variadas massas humanas. Entretanto, a imagem do fermento estava no evangelho tanto quanto a imagem da árvore, que em virtude da seiva que a alimenta interiormente, estende seus ramos em tôdas as direções.

Atentos a vários equívocos caudados pela primeira maneira de encarar esta questão, os teólogos modernos examinam hoje com maior insistência os aspectos mais profundos da catolicidade, que se prendem à própria realidade da encarnação do *Verbo* e da encarnação da mensagem e da vida que êle veio trazer aos homens. Participando da graça de Cristo, a Igreja é dotada de uma capacidade incomensurável de assimilação. Esta capacidade exige, entretanto, uma inserção no contexto humano, que ela pretende vivificar. Assimilando os autênticos valores de todos os povos e de tôdas as culturas, a Igreja conduz o homem a sua plenitude e dá inteira satisfação às mais elevadas aspirações da humanidade.

O Vaticano II veio oportunamente relembrar estas verdades. Poderíamos citar inúmeros textos. Basta recordar os seguintes: "A Igreja exorta seus filhos pa-

ra que, através do diálogo e da colaboração com os adeptos de outras religiões, reconheçam, mantenham e desenvolvam os bens espirituais e morais, como também os valores sócio-culturais que entre êles se encontram" (*Nostra Aetate*, n. 2). "Por isso, tudo quanto de bom se encontra semeado no íntimo dos homens ou nos próprios ritos e culturas dos povos, não apenas permanecem, mas é sanado, elevado e consumado para glória de Deus e felicidade do homem... Como Cristo, por sua encarnação se ligou às condições sociais e culturais dos homens com os quais conviveu, assim deve a Igreja inserir-se em tôdas essas sociedades, para que a tôdas possa oferecer o mistério da salvação e a vida trazida por Deus... Por isso os missionários... liguem-se aos demais homens... reconheçam-se como membros do corpo social em que vivem, familiarizem-se com suas tradições nacionais e religiosas. Com alegria e respeito descubram as sementes do *Verbo* aí ocultas. Também prestem atenção à profunda transformação que se realiza entre os povos" (*Ad Gentes*, nn. 9-11). Posteriormente Paulo VI, fiel à linha traçada por seu antecessor e pelo concílio, insiste em vários documentos sôbre a necessidade desta aculturação por parte da hierarquia, dos missionários e dos cristãos em geral. Digna de menção é a *carta aos bispos da África*, de que destacamos apenas êste parágrafo: "A Igreja muito espera de vossa cooperação na renovação e valorização das culturas africanas, quer no tocante à *reforma litúrgica*, quer no ensino de sua doutrina em termos que correspondam à mentalidade das populações africanas". A Assembléia de Medellín faz eco a êstes ensinamentos aplicando-os aos diversos contextos latino-americanos: "A Igreja aceita com alegria e respeito, purifica e incorpora ao tesouro da fé os vários elementos religiosos, que estão presentes na religiosidade do povo latino-americano como *semente oculta do Verbo* e que constituem ou podem constituir uma preparação evangélica" (Documento sôbre a Pastoral das Massas).

Nosso testemunho cristão e nosso esforço para difusão da mensagem evangélica no Brasil deverão ter sempre presentes estas sábias orientações. Devemos levar em conta os múltiplos aspectos da realidade brasileira. O complexo *mosaico brasileiro*, além de angustiantes problemas educacionais, sanitários e sociais, apresenta o grave problema do sincretismo religioso.

SAÚDE NO MOSAICO BRASILEIRO



Apenas terminou a Missa matinal, dois mensageiros me abordaram pedindo que eu fôsse até um barco recém-chegado de Arapoema. O Rio Araguaia estava sêco. A praia triplicada distanciava-nos ainda mais do atracamento. Procurando ganhar tempo e providenciar uma caixinha de emergência, arrisquei perguntar:

— O doente está grave?

— O doente faleceu esta madrugada. E' só mesmo o papel que nós queremos.

Arapoema é um dos 1914 municípios sem médico do país. Os médicos mais próximos distam uma hora de avião, o que sig-

nifica 15 dias a cavalo ou de canoa. Esse viera de canoa, vitimado pelo impaludismo, uma das dez pragas que grassam pelo norte de Goiás e sudeste do Pará. O elenco completo é: malária, lepra, leishmaniose tegumentar, tuberculose, boubá, pênfigo foliáceo, verminose, gastroenterites, asma. O fio de Ariadne que nos libertaria de todo esse caos seria em linha tríplice: instrução, saneamento, trabalho qualificado. Mas, sem isso, o que impera é a mais negra miséria resultante de um ciclo de causação agravante: miserável porque doente; doente porque mais miserável; mais miserável ainda por-

que mais doente, incapacitado para o trabalho...

A insalubridade da habitação erguida em plena selva úmida faz do sertanejo uma isca dos anofelinos; a ignorância absoluta dos mais comezinhos princípios de higiene faz com que escore todo um comportamento estático e passivo em tabus e crenças regionais: "Ir ao doutor significa tirar sangue do dedo. Tirar sangue significa entregá-lo ao demônio. Logo, é preferível morrer ou cultivar a enfermidade nas mãos do curandeiro, que apenas reza ou distribui ervas inofensivas".

Ir ao doutor significa tirar sangue do dedo. Tirar sangue significa entregá-lo ao demônio. Logo, é preferível morrer ou cultivar a enfermidade nas mãos do curandeiro. Evidentemente há um enorme trabalho a fazer. Que é que se pode esperar da engenharia, por exemplo? A saúde é um problema de todos, inclusive do próprio paciente...



Esta é uma pequena peça negra do mosaico brasileiro. Milhares de outras se escalonam de norte a sul, somente trocando os agentes das pragas: filária, ao norte — na Amazônia; esquistosomose, ao nordeste; moléstia de Chagas, ao centro-oeste; hidratidose, ao sul. E isto enquanto não se haviam aberto as pistas de disseminação, as rodovias, tão necessárias e tão precárias sob o ponto de vista da segurança sanitária, pois através delas transitam os caminhões de mudança dos futuros colonizadores, mas também viajam, — escondidos nas frinchas dos móveis, — os barbeiros, vetores do mal de Chagas. Devido a essa incúria, hoje o Brasil continua um "imenso hospital", no dizer de Miguel Pereira, e dos mais precários:



— 2 leitos para cada 1000 pacientes;

— 4 médicos e 1 enfermeira para cada 10000 pacientes.

E isto sem esquecer que a referida média mascara uma situação mais desesperadora, devido à imperfeita distribuição dos mesmos pelo país. Enquanto a Guanabara dispõe de um excedente de 3000 médicos, o Piauí só conta com 0,5 por 10000 habitantes.

Dos boticários... a Sabin

Desde o princípio do Brasil, a medicina empreendeu uma luta titânica contra suas endemias. Luta sempre insana e desproporcionada.

Durante largos anos tateou empiricamente, acompanhando os selvícolas em sua arte de curar. Dessa primeira etapa, empírica, a história retém o nome aureolado de Anchieta, e deixa no anonimato a plêiade de físicos, boticários e barbeiros — não muito melhor aparelhados, — os quais D. João VI convocará para os cargos de clínico, farmacêutico e cirurgião da corte.

Apenas no século XVI surgem as Irmandades de Misericórdia, erguendo-se a primeira em Santos, — iniciativa de Brás Cubas em 1543, — seguida das de Olinda, Campos, Vila Rica, Diamantina e São João del Rei.

Levaríamos ainda mais dois séculos para termos a primeira faculdade de medicina, no Rio de Janeiro (1813) e na Bahia (1815). Só então entraríamos na segunda fase científica. A Bahia foi a pioneira nas pesquisas. Contou com nomes eminentes como o de Wucherer — o homem que identificou o *Ancylostoma duodenale*, principal agente etiológico do amarelão; a verminose que faz pano de fundo às endemias brasileiras; e a microfilária, agente da elefantíase, endêmica na Bacia Amazônica. Wucherer, Osvaldo Gonçalves Cruz, Adolfo

Lutz, Vital Brasil e Carlos Chagas prepararam uma nova era que ainda hoje apenas se vislumbra: a era da medicina preventiva. Necessitamos, ainda, de mais algumas dezenas de idealistas para que ela se implante de vez no Brasil.

De valor incontestável foi a demonstração dada por Osvaldo Cruz ao irromper a febre amarela no Rio, no início do século. Osvaldo Cruz debelou-a com as armas do saneamento e da educação sanitária.

Igualmente incontestável foi a réplica de Sabin ainda nos dias de hoje, reduzindo, em São Paulo, o gasto anual com a poliomielite. Para essa doença havia uma necessidade de 600 leitos cada ano. Com a vacinação em massa da população infantil, esta exigência diminuiu para 60 leitos, e a economia líquida significou cerca de NCr\$ 10.000,00.

Tempo de medicina preventiva

Os dados convencem. Contudo, não se compreende o porquê da multiplicação dispersa de leitos hospitalares, mesmo em áreas onde não há médicos, nem os haverá tão cedo. Um investimento paralelo e sistemático em medidas preventivas exterminaria o mal pela raiz,

Seguindo um outro caminho muito mais barato — o técnico, a auxiliar de enfermagem, o médico itinerante, — manteríamos unidades sanitárias no grande interior do país, dotadas do equipamento suficiente para erradicar os focos endêmicos e filtrar os pacientes, só permitindo que afluíssem aos grandes centros os que realmente necessitassem de processos especiais de diagnóstico e tratamento.

Quando tivéssemos nossas faculdades de medicina e nossas faculdades para-médicas melhor distribuídas pelo país, então poderíamos contar com *campus* universitários satélites a serem de-



envolvidos por um esforço convergente e planejado de todas elas. Então a universidade cumpriria o seu papel de *radiografar*, interpretar e promover a região onde está inserida segundo os destinos comuns da nação.

Verdade é que, nesse sentido, o pioneirismo de algumas faculdades de medicina no Rio, em São Paulo e Goiânia já deu os primeiros passos. Agora, seria sensato que, por uma questão de coerência, nos despojássemos, se preciso fôsse, de tudo aquilo que não passa de enfeite, a fim de que o alicerce da pesquisa e da formação médica fôsse erguido hoje sólida e sãbiamente nas

áreas prioritárias do país. Talvez fôsse também necessário que renunciássemos a alguns supérfluos, num rasgo de justiça distributiva. Refiro-me às seis faculdades de medicina num pequeno estado que já alcançou saturação desse mercado profissional, e apesar disso ainda pretende *resolver* a grita dos excedentes!

Em busca da medicina integral

A complexidade de nossos problemas exige um planejamento convergente de todos os serviços de promoção humana. Do contrá-

rio, a dispersiva multiplicidade dos esforços e a superficialidade dos processos continuarão desbaratando os recursos humanos e financeiros da nação. Desunir tarefas de assistência individual e coletiva, de medicina curativa e preventiva, só poderá onerar ainda mais o orçamento de saúde. Contentar-se com a mediocridade profissional existente, oficializando os serviços mantidos por pessoal não qualificado, só poderá fechar o mercado de trabalho a esses profissionais e causar entrave ainda maior na dinamização dos leitos. Para termos uma idéia do que isto significa, basta confrontar a média

ideal de rodízio de um leito hospitalar, que é de 10 dias, com a média obtida no Brasil — 20 dias. Percebemos então que o mais urgente não é aumentar o número de leitos, mas qualificar melhor os serviços para que os doentes sejam mais eficientemente tratados e mais rapidamente devolvidos à sociedade. E quando dizemos mais *eficientemente tratados* não nos referimos apenas à melhoria da técnica e da terapêutica — imprescindíveis é claro — mas àquela eficiência de uma medicina integral que visa recuperar o paciente inteiro, com suas deficiências psicossociais de desajuste e com suas deficiências financeiras, quer por desemprego, quer por falta de reclassificação profissional.

Hoje, o hospital não pode realizar sua tarefa de recuperação completa sem um serviço social hospitalar e sem uma clínica de psicologia de apoio bem entrosados. Neste século da automação, em que o hospital também se vê ameaçado de se transformar em uma grande oficina para recuperação de *peças humanas*, é preciso a todo custo salvaguardá-lo, insuplindo um espírito novo de humanismo e solidariedade à dor de nossos semelhantes.

Realmente, quando até mesmo o setor educacional se automatiza, qual será o reduto de reservas de humanização com o qual garantiremos a evolução desta humanidade em coerência consigo mesma?

Defendemos, e nos alegramos de vê-lo defendido por Erich Fromm, e talvez por muitos outros idealistas ainda velados, ser da ética médica resguardar a personalização de seus pacientes, salvaguardar as reservas de energia de personalização do universo — diria mesmo — através das relações médico-paciente sempre individuais, sempre pessoais, sempre integrais. Talvez, restabelecido este comportamento ético, hipocrático e cristão, na medicina, todos os demais seriam simples corolários.

Então, cada um dos 35000 médicos existentes no país seria um ponto de apoio para que, da brecha aberta pela doença em alguém que se sentiu ajudado a assumi-la humanamente, se desprendesse uma energia espiritual capaz de elevar o tônus da personalidade destes brasileiros.

A parte dos outros setores

Existe um longo caminho a percorrer. E a classe médica pre-

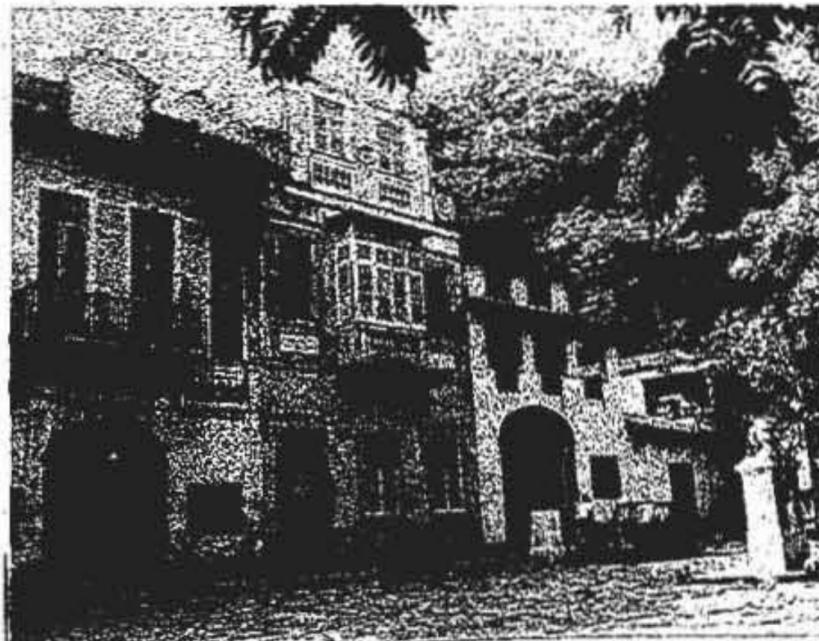
cisaria ser ajudada pelos setores de engenharia sanitária, de enfermagem, de administração hospitalar. Precisaria ver o nascimento dos setores de assistência social e de psicologia clínica. Precisaria contar com orientadores hospitalares (religiosos ou leigos) especializados em ajudar o enfermo a assumir sua dor sem se desnorrear, e ajudar os profissionais a se dedicarem totalmente ao enfermo, sem despojá-lo de suas responsabilidades, mas sem privá-lo também de seus poucos recursos...

O que cada setor deve e não deve

A engenharia dará aos hospitais maior funcionalidade, e ao mesmo tempo os transformará em ambientes mais humanos, esmaecendo seus blocos esmagadores, individualizando os pacientes. Hoje, as grandes enfermarias já não têm sentido, nem mesmo a título de economia, uma vez que são altamente comprometedoras da assepsia hospitalar, facilitando o mútuo contágio entre os pacientes e onerando-lhes o tratamento. A engenharia poderá aliviar as tensões do ambiente através de cores e linhas estudadas, através da sonorização que enche o vazio dos cor-



Largo dos Boticários

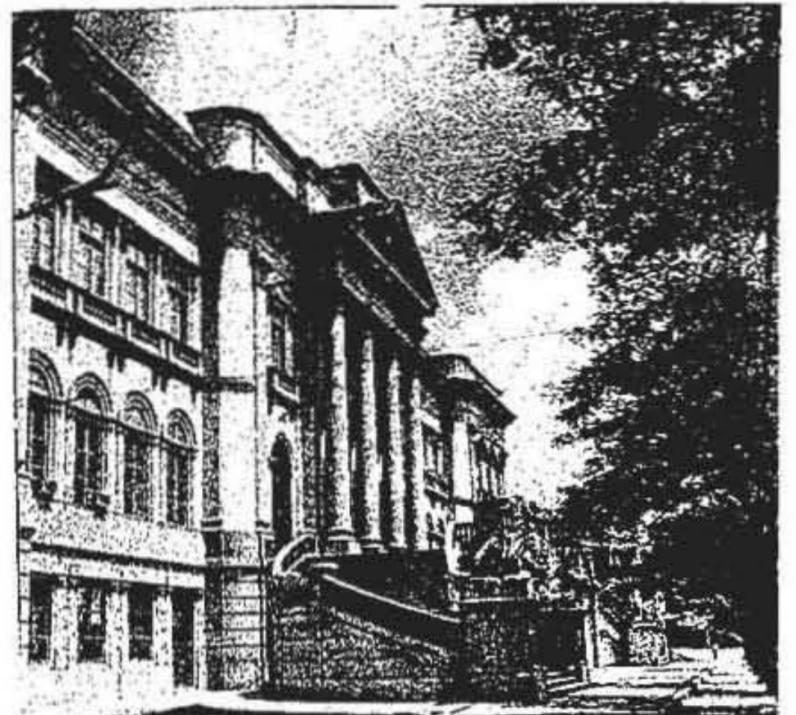


Não se pode esquecer os físicos, boticários e barbeiros

Igualmente incontestável foi a réplica de Sabin em nossos dias

As faculdades de medicina no Rio, em São Paulo e Goiânia já deram os primeiros passos: estão radiografando e promovendo as próprias regiões

Universidade Federal do Rio de Janeiro



redores e salas de espera; poderá, enfim, tornar mais salubres os locais de trabalho, climatizando as áreas fechadas, centralizando serviços, poupando passos e gestos.

A ajuda indispensável da enfermagem começa na elaboração mesma do seu eficiente diagnóstico, calcado no diagnóstico clínico e capacitado a definir as tarefas a serem distribuídas por toda a equipe de trabalho. Certamente é muito importante que o médico tenha chegado à conclusão de que tal paciente se encontra em pré-coma hepático. Mas, para que ele se recupere é preciso que toda a equipe de trabalho, — enfermeiras, atendentes e serviçais — compreenda que isto significa estar diante de um enfermo com incapacidade transitória de relacionamento, incapacidade parcial de satisfazer suas necessidades fisiológicas, exigindo tais e tais cuidados especiais.

Da administração hospitalar espera-se o perfeito equilíbrio de recursos humanos e financeiros face ao dinamismo de cada setor. Espera-se a flexibilidade das rotinas em vista das situações humanas vigentes. Espera-se, enfim, uma seleção de pessoal não só qualificado tecnicamente, mas ainda apto a solidarizar-se com a dor alheia numa profunda dedicação de si mesmo.

Do próprio paciente e de seus familiares a medicina integral também espera alguma coisa. Espera que o paciente assuma esse episódio de sua vida como uma dificuldade a ser vencida com sua luta e com a solidariedade de todos os seus. Espera que o paciente se liberte de todas as limitações das idéias fatalistas, que entravam a luta impondo-lhe a passividade; liberte-se de idéias recriminadoras, — como se a doença fôsse um castigo imposto a seus pecados, um castigo a ser suportado e indenizado à custa de promessas e velas bentas. Tal atitude obnubila o verdadeiro processo de mudança de vida e de libertação do mal atual: o agente etiológico dessa doença. A mentalidade providencialista de nosso brasileiro muito tem entravado a implantação de um processo sanitário no país.

Esperamos que, assim como acabam as rogações quando se instala uma técnica de irrigação do solo, também enterremos os amuletos e velas queimadas sob o anseio de cura mágica, quando tivermos instalado uma eficiente educação sanitária de nossos pacientes e familiares, iniciada já desde os dias de sua hospitalização.

Restar-nos-ia, enfim, converter a mentalidade sócio-econômica es-

HOSPITAL E ENGENHARIA, ENFERMAGEM, ADMINISTRAÇÃO, O PACIENTE E OS FAMILIARES

tribada no lastro ouro, para uma mentalidade estribada no lastro homem, para a qual o doente é um capital a ser investido, a ser recuperado para o incremento da rentabilidade da nação — e nunca um pêso mal suportado.

A posição da saúde no mosaico brasileiro por enquanto é esta. E face às dez pragas endêmicas do país, cada um de nós é responsável:

— quer homogeneizando o mosaico para branco, quer homogeneizando-o para preto...

— quer investindo o que tiver para que o sadio não adoça e o doente sare, quer espalhando o negrume da ignorância, da magia, do providencialismo, do triunfalismo tecnológico inconsistente, do desbaratamento dos esforços e dos recursos, do bloqueamento das forças universitárias...

Irmã Violeta Padin, O.P.



aquí falam nossos leitores

ESTIMADO IRMÃO

Estou fazendo a visita ao grupo de Comunidades de Canoas e constato, com grande satisfação e lhe comunico, a repercussão que está tendo o n. 9-10 de *Convergência* sobre Oração. Juvenato, Escolasticado, Colégio São José e a Comunidade da Sagrada Família comentam a oportunidade deste número de *Convergência*, o qual traz uma fundamentação das mais convincentes quanto à importância e validade da oração no mundo de hoje. Parabéns ao Senhor e aos seus colaboradores.

Alguns Irmãos comentaram: "Que bom seria se aparecessem números especiais que tratassem também de outros aspectos de nossa fé, como o sentido do sacrifício, da dor, da renúncia, o problema dos doentes, dos inválidos, os quais no mundo atual parecem sentir necessidade duma argumentação nova para aceitarem sua situação de uma forma que preveja a realização que toda pessoa humana aspira..."

Este número de *Convergência* deveria constar em todas as estantes dos hospitais, bancas de revistas, bibliotecas escolares e, principalmente, na estante do "professor e do padre..."

Irmão Eugênio Fossa
Provincial Lassalista
Canoas - RS

«Vós é que sois nossa carta de recomendação, escrita em nossos corações, conhecida e lida por todos os homens. Sim, vós sois manifestamente uma carta de Cristo, redigida por nosso ministério e escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo; não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, em vossos corações».

2 Cor 3,2-3.

Esta seção é de nossos leitores. É para impressões, críticas, sugestões. Para um diálogo amplo dos leitores com a redação, e dos leitores entre si. Para uma busca contínua da verdade: Deus, o Deus que se fez homem, o Deus que nos mandou amarmos-nos uns aos outros. *Convergência* quer ser, cada dia mais, não o pómo da discórdia, mas aquilo que seu nome significa: convergência.

A Redação.

CONVERGÊNCIA



I. Crise Pós-Conciliar na Vida Religiosa

A crise da vida religiosa está hoje muito mais profunda do que se diz oficialmente, exceção feita para os textos nos quais Paulo VI se refere a uma dilaceração por parte de alguns insubordinados. (Hipótese ou aspecto da situação de que não trataremos porque nos parece alheia à problemática com que mais comumente nos defrontamos, pelo menos no Brasil). Trabalho propriamente teológico, segundo a concepção atual que temos da teologia, é tentar analisar as raízes do mal-estar, para eventualmente esclarecer caminhos de solução. Amor e submissão à Igreja, realismo e franqueza, espírito de fé e confiança no Espírito Santo nos inspiram nesta pesquisa.

O Concílio Vaticano II era uma Assembléia de Bispos e não de religiosos, no sentido específico que usaremos aqui. A sua preocupação pastoral, contudo, não podia deixar de incluir as perspectivas de uma renovação da vida religiosa. Das novas diretrizes, aquilo que parece ter retido a maior atenção neste setor é a noção de *sinodalidade*. Não faremos a exegese dos textos conciliares para averiguar se eles se polarizaram realmente em torno desta categoria. Nosso ponto de partida não é textual; é a constatação de que, pelo menos ou sobretudo no Brasil, a reestru-

turação da vida religiosa parece ter encontrado na concepção de *vida religiosa-sinodal* sua perspectiva talvez mais dinâmica e seguramente mais invocada. Compreende-se por quê. Esta noção tornou-se clássica em poucos anos não só na sua aplicação ao conjunto da Igreja que quer reencontrar-se com o mundo, mas particularmente para definir ou orientar a vida religiosa que um juridicismo fechado sobre si mesmo tinha confinado no afastamento e na ignorância da evolução mais recente do mundo. A palavra *sinodal* passou a simbolizar para os religiosos e as religiosas a vontade de sair do ghetto, de encontrar a humanidade real, de falar-lhe, de participar de suas preocupações desenvolvimentistas e outras. Estamos bem longe de criticar este bom propósito, como se verá. Tudo isso se entende também no contexto de uma progressiva secularização da civilização que nos cerca e penetra.

A inspiração desta orientação não nos parece contestável. Os primeiros frutos foram a nosso ver positivos. Muitas congregações respiraram um ar mais saudável, começaram a rever suas constituições de maneira a sintonizar melhor com os valores da sensibilidade contemporânea; seus membros começaram a sair maciçamente seja para frequentar cursos exteriores à própria congregação, seja para tomar conta de ministérios fora das instituições educacionais, assistenciais ou

ANÁLISE CRÍTICA DA NOÇÃO DE SINAL APLICADA À VIDA RELIGIOSA

Convergência pública neste fórum de debates a opinião de um teólogo, Frei Hubert Lepargneur, sobre o sinal na vida religiosa, para reflexão e debate dos leitores.

hospitais da própria congregação.

Entretanto, depois de poucos anos de relativa euforia, não devemos nos iludir, chegou a *hora da verdade* que desencadeia em muitos religiosos e muitas religiões uma crise sem precedentes. Equacionar esta crise como crise de insubordinação, rebelião contra a autoridade legitimamente constituída, seria fechar todo caminho de compreensão e, portanto, tornar mais difícil uma solução harmoniosa.

A perspectiva do *sinal* parece ter chegado a um teto e entrar num impasse. Por isso, chegou o momento de reexaminá-la no contexto atual, para avaliar suas possibilidades de futura fecundidade num mundo em processo de crescente secularização.

II. A Noção Sinal

O que se impõe em primeiro lugar parece ser a análise do conceito de *sinal* à luz da atual semiologia, do contrário ficaríamos alheios à realidade que pretendemos encontrar. "Um sinal é uma coisa que, além da imagem percebida pelos sentidos, evoca alguma outra coisa", já dizia, de maneira feliz, Santo Agostinho. O sinal tem três elementos: o *significante*, o *significado* e a *relação de significação* que une os dois primeiros. O significado vem na mente, em razão de sua relação com o significante

atualmente percebido (relação que pode decorrer de uma estruturação natural, ontológica, mas, e isso é mais importante, que é sempre *cultural*). Aparentemente, o que é primeiro é o significante, que deve gerar no espírito do observador o significado. Mas uma maior atenção, tanto à experiência como à estrutura do mecanismo, convence de que não é assim na realidade. O significado existe primeiro na mente do observador, a título implícito, despertado pelo estímulo do significante que cai no campo dos sentidos. Se o significado não preexiste de alguma forma na mente, ele arrisca a nunca chegar à consciência explícita.

Ainda não basta haver em si uma certa presença do significado, mas devo ainda estar preparado para decifrar a relação de significação. O nosso espírito precisa, para reconhecer o significado no significante, estar mais familiarizado com o significado e estar preparado à leitura significativa do significante. Isso não impede que o significante acrescente um dado novo ao dado conhecido do significado: toda publicidade comercial, por exemplo, acrescenta o nome de uma determinada marca à conceituação preexistente de uma certa necessidade ou de um certo bem na civilização.

Tomemos o exemplo da escrita. Se eu não sei ler, minha vista pode cair sobre as formas bizarras das letras; talvez eu conheça o objeto que elas pretendem

significar, mas falta-me a preparação que me teria possibilitado entrar na relação de significação. O escrito é, então, letra morta, uma coisa vazia. Se eu sei ler, mas não tenho nenhum conhecimento do objeto designado por uma palavra, também não decifro o sinal, mas somente o seu revestimento fonético, que não me serve. Não existe *sinal em si*, existem sinais na medida em que, as pessoas os podem decifrar. Separar um *sinal* cujo conceito seria auto-suficiente de uma *recepção* eventual, aleatória, corresponde a uma problemática completamente superada: o sinal não se identifica com o significante, como parecem supor vulgarizações eclesiais de segunda ou terceira categoria. Quando se pretende, com toda razão, que o maior problema atual da exegese ou da teologia é a hermenêutica, isso significa que o maior problema no seio da Igreja não é o de contestar ou defender a letra de alguns versículos da Bíblia ou de algumas definições conciliares antigas (o que poderia ser interpretado como problema de fidelidade ou de obediência); é, sim, o de saber o que estes versículos, estes dogmas, significam quando traduzidos no universo cultural que é hoje o nosso.

O fenômeno da comunicação é um fenômeno global, que a ciência de hoje analisa desta maneira, isto é, estruturalmente. Isso corresponde à realidade fenomenal: não vou falar pelo te-



telefone se não houver ligação efetiva com uma pessoa que presumivelmente vai me entender e compreender. Uma editora lança uma nova revista, uma empresa comercial lança novo produto, depois de ter feito uma pesquisa de mercado, para não oferecer um produto a um público que não existe. A mensagem depende assim do mensageiro e do destinatário, a área de liberdade de manobra do primeiro sendo predeterminada, reduzida, condicionada, pelo campo de receptividade do segundo. Neste sentido um professor, um conferencista, depende de seu público (e não só este, daquele), coisa que a pedagogia demorou a bem entender. Quando Iavé falou aos homens, as formas de sua revelação eram predeterminadas pelos limites culturais do povo hebraico, no interior dos quais a revelação devia se encaixar.

Prestemos atenção ao fato que a palavra é o mais explícito e normalmente o mais claro dos sinais. Uma realidade como a *vida religiosa* não chega a tanta precisão, a tanta clareza, a tanta explicitação. Para ela, aplica-se rigorosamente a lei de que o significado deve ser, para o receptor, mais conhecido do que o sinal que deve evocá-lo. O significado deve ser também anteriormente conhecido em contacto com o sinal, embora seja função do significante reaviver e determinar melhor este significado. A formação religiosa é assim a chave da compreensão da liturgia, embora, por sua vez, a liturgia deva reavivar, alimentar, precisar, a formação religiosa. A razão estrutural é que todo sinal exige um código para sua decifração.

Tôda palavra faz parte de uma língua à qual o receptor deve ser iniciado. Não há mensagem senão aparecendo no quadro preestabelecido de um código. O mesmo código deve ser conhecido e aceito pelo emissor e pelo re-

ceptor, senão não vale, exatamente por falta de determinação unívoca. Com efeito, o sinal nada é senão o veículo da comunicação de algo determinado. *Sem comunicação não há sinal.* O sinal não é *um ser em si*, é uma função; e, por derivação ou apropriação, designa indiretamente o agente que assume esta função: o *significante*.

III. O Receptor Secularizado

Agora, tentemos imaginar uma aplicação da categoria de sinal à vida religiosa. Esta aplicação apareceu como conceituação explícita na Igreja, somente e precisamente na época em que não podia mais funcionar. Isso não é de admirar, não só em virtude do atraso da conceituação teológico-pastoral com respeito à evolução mais rápida do mundo, mas pelo fato de que o mecanismo do sinal só surgiu na consciência quando algo já impedira seu funcionamento normal e inconsciente. A cristandade, ou o que permanecera dela durante séculos, forneceu a todos os ocidentais civilizados o código indispensável. O encontro com uma religiosa, com um lugar sagrado, assim como a volta cíclica das festas, evocaram espontaneamente a dimensão transcendente da religião e do cristianismo. Significantes e receptores comungavam no mesmo código, inerente a toda a cultura imbuída de cristianismo. O significado, a transcendência do reino, não era posta em questão, e a vida religiosa era seu sinal entre os homens.

Em nossos dias, e à medida que a secularização invade nossa civilização, não podemos mais supor que o significado esteja previamente conhecido e aceito, e seja reconhecido depois através de seus sinais, por exemplo, através deste sinal muito elabo-

Não existe sinal em si. Existem sinais na medida em que as pessoas os podem decifrar. Os homens não querem trevas. Querem luz. E um dos grandes problemas de hoje é mostrar o que as antigas palavras e dogmas significam uma vez traduzidos para o universo cultural que é hoje o nosso.

rado que é a vida religiosa canonicamente institucionalizada. Por falta de código comum, de escala comum de valores culturais, o sinal já não funciona, o sinal desaparece como sinal; o significante torna-se uma pessoa de gostos e opções um tanto esquisitas.

Para simplificar, não discutimos a idéia de que a vida religiosa é sinal da transcendência da caridade, das bem-aventuranças escatológicas, porque estamos habituados a esta redução que reflete a *doutrina comum*. Mas este esquema é produto de uma operação que valoriza este cerne e deixa na sombra elementos menos brilhantes. Uma pessoa de fora não vai operar espontaneamente este trabalho de sublimação. Elementos muito mais mesquinhos, os que vêm de defeitos de que queremos nos libertar, mas também outros que não vão desaparecer, não lhe agradam tanto e obscurecem a clareza do sinal que pretendemos emitir. Para muitos, a vida religiosa é sinal de fuga das responsabilidades comuns da vida, de alienação sob a indiscreta autoridade de superiores que nem sempre são santos; é sinal de infantilismo, de clericalismo, de atraso histórico; é sinal de uma instituição muito poderosa na nação e no mundo, cuja política não corresponde ao ideal de todos.

De maneira cada vez mais generalizada, falta nos receptores eventuais a presença do *significado* que poderia ser alcançado — supostas as melhores condições — através de um intermediário sensível. Esta queda não fica sem repercutir negativamente sobre um segundo elemento: a percepção da relação que existe entre vida religiosa e reino de Deus. Será ainda ilusão pensar que o terceiro elemento constitutivo do *sinal* possa sair ileso deste processo. Aqui a prática antecipou-se à consciência

que tomamos dos mecanismos estruturais que regem este campo: o significante, como que movido por uma certa vergonha de sua identidade não reconhecida, deixa aos poucos os traços tradicionais e mais aparentes de sua função de sinal: a roupa, o gênero de vida completamente diferente... Não dizemos que estas aparências constituem o elemento essencial da vida religiosa; precisamente chegaremos a um enfoque que permitirá uma teologia pastoral da vida religiosa completamente diferente e muito mais respeitosa desta essência da vida consagrada. Contudo, esta conclusão está ligada à rejeição de uma renovação operando em torno da noção de *sinal*. Uma coisa ou uma pessoa é o que ela é em si e só se torna *significante* em relação aos outros, ao meio em que aparece ou funciona. O não-reconhecimento de uma certa identidade modifica o significante como significante: tudo isso decorre logicamente da teoria do sinal. Para saber o que funciona hoje como sinal, e para que valores nos voltar, devemos primeiramente conhecer em profundidade os valores culturais do ambiente em questão; em seguida, devemos conhecer os mecanismos de evolução destes valores, ou dos nossos valores, mas em sintonia com o quadro cultural que temos, por sinais apropriados. O valor transcendente do *sinal* que se quer impor ao mundo não dispensa do conhecimento, ou pelo menos do atendimento às leis funcionais, estruturais, que operam no universo da comunicação.

Estes outros sinais que são os sacramentos da vida cristã sofrem também o impacto da secularização. Mesmo os *batizados* os reconhecem menos facilmente do que outrora. Existe porém uma grande diferença entre a vida religiosa como sinal e os sacramentos como sinais. Estes

só existem para os fiéis, para os que têm fé, os que se "converteram", isto é, os que conhecem e aceitam o código cristão. Entretanto, "o sinal da vida religiosa", como é geralmente entendido, não precisaria de código algum, de preparação, de iniciação cristã.

IV. O Religioso como «Sinal» num Mundo Secular

A análise precedente será útilmente complementada por um exame enfocando mais exatamente a pessoa do religioso, da religiosa, que pretende ser sinal no mundo de hoje. Conforme às leis estruturais, determinada conceituação teológica importa necessariamente numa determinada pastoral. O fracasso, mesmo relativo, de uma orientação pastoral deve levar ao questionamento da conceituação de base. Após a crítica feita à conceituação de base *vida religiosa-sinal*, o relativo fracasso expresso pela crise da consciência religiosa (de que não pretendemos analisar todas as razões) não causa surpresa alguma. Mas desejamos compreender melhor o porquê subjetivo do que se passa, o mecanismo inconsciente que funcionou.

Centrar a renovação da vida religiosa na categoria de sinal é relacionar (para não dizer subordinar) a vida religiosa à impressão que ela suscita pelo mundo afora. É isso precisamente o que nos dizem muitos religiosos, muitas religiosas: "não sabemos mais qual é o sentido da vida religiosa. Não achamos mais lugar para nós no mundo como ele é hoje". Ora, se o religioso perdeu sua identidade, não é o mundo secular que lhe devolverá. Só lhe pode emprestar uma falsa carteira de identidade, da qual a pertença ao reino de Deus, a referência



**Onde não há
comunicação
não há sinal.
Onde não há si-
nal, não há vi-
da. Onde não
há vida, há
imobilismo.
Onde há imo-
bilismo, não há
convergência
para Cristo.**

à transcendência, desapareceu; permanecerá, no melhor dos casos, uma honrosa solidariedade humana, a certidão de que pertence realmente à humanidade.

Examinemos mais de perto esta idéia. Supomos conhecidas as conclusões seguras de frei T. Matura em *Celibato e Comunidade* (Ed. Vozes, Petrópolis, 1969): quem não se contenta mais com a definição canônica da vida religiosa, pelos três votos institucionalmente regulamentados no seio de uma congregação reconhecida pela Santa Sé (o que não suprime a legitimidade, nem diminui a necessidade prática deste equacionamento, no seu próprio plano de validade), não vai urgir da pobreza e da obediência para especificar e legitimar a essência da vida religiosa, mas colocará em relêvo o *celibato livremente assumido em vista do reino escatológico de Deus*. Imediatamente aparece a dificuldade intransponível: como unir uma conceituação da vida religiosa que põe em destaque o *celibato para o reino*, a uma pastoral de renovação que obriga a vida religiosa a se colocar como sinal, isto é, a ser aceita por um mundo que não acredita mais nem no valor eminente da virgindade nem na perspectiva escatológica? A oposição é flagrante. O preço que estamos pagando por não a termos evitado em tempo é a crise de muitos dos mais lúcidos dentre os efetivos da vida religiosa. Aquêles que confundem o monólogo e o diálogo, confundem também, e logicamente, *sinal e significante*: podem continuar sossegados a arvorar sobre o peito a etiqueta *sinal* e a se iludir num neotriunfalismo do sinal.

Outrora as obras das congregações davam uma justificação suficiente para a maioria de seus membros: as irmãs eram assim *irmãs de caridade* (e a interpretação secular delas, sendo muito fácil, permite entreter certo mal-entendido sobre o que exatamente elas representam), ou eram professoras numa escola católica, etc. Esta justificativa está desaparecendo na medida exata do progresso da secularização. Isto significa que, aceitando o caráter da secularização (tema que não podemos discutir aqui), a crise atual não vai se liquidar automaticamente, mas exige novo equacionamento da teologia que sustenta a pastoral da renovação.

A Igreja nos declara *sinais*, mas o mundo não reconhece o valor de nosso celibato consagrado: eis o dilema em duas palavras. Daí vêm algumas consequências: 1) não achamos que haja para nós, enquanto religiosos, lugar específico nesse mundo — não se percebe diferença alguma entre um religioso *secularizado* (no sentido sociológico, não no sentido canônico), profissional à paisana e um bom leigo, militante pela graça de Deus, celibatário por acaso; 2) Chegamos a duvidar da vida religiosa, de seu sentido no mundo atual, pragmático, utilitarista, eficiente (ou que o pretende ser); 3) logicamente dão-se muitos afastamentos, — alguns benéficos para todo mundo; mas acontecem, em maior escala ainda, outros afastamentos de religiosos e religiosas mais aptos a enfrentar os problemas com um realismo evangélico. Nestas condições não é mais possível equacionar a crise atual como sendo sim-

ples rebelião contra a autoridade ou como simples infidelidade pessoal a uma vocação anteriormente aceita e publicamente ratificada e consagrada. Quem continuar a simplificar assim a situação não faz justiça aos interessados, inclusive a todos aqueles que sofrem de desajuste sem sair dos quadros religiosos institucionais, não compreendendo o que está se passando na evolução do mundo com que se pretende dialogar, e por fim não trabalha realmente para dissolver a crise que se avoluma.

V. A Caminho de uma Solução

A primeira necessidade de uma pastoral realista é reconhecer seus erros, em vez de acusar suas eventuais vítimas. Se ontem pretendi dialogar e hoje condeno aqueles que não são de minha opinião, devo rezar para obter a honestidade que não tenho. Há uma urgência para se colocar uma surdina ao tema de "vida religiosa-sinal para o mundo (secular)": invocamos menos um erro ontológico-teológico que se teria cometido, do que um beco sem saída no mundo de hoje. O erro foi essencialmente teológico-pastoral, e foi ocasionado tanto por um desconhecimento do mundo atual, como pela ignorância das conclusões das ciências humanas de nosso tempo.

A segunda necessidade, que permite satisfazer à primeira sem cair no vácuo, é estabelecer positivamente a vida religiosa sobre sua base normal: a convicção profunda do religioso

que percebe pessoalmente que vale a pena dedicar sua vida a Deus e ao reino, de maneira especial. A vida religiosa não vai depender de uma duvidosa aceitação pelo mundo; ela brota da fé, de uma fé personalizada. O religioso ou a religiosa que não encontrarem *em si mesmos* a razão de ser religiosos, não acharão sentido na vida religiosa, carismática, mesmo que não tenham a coragem de saírem dela. Ninguém pode hoje mais ter fé por procuração, ninguém pode abandonar uma determinada existência: nenhum religioso consciente pode mais fazer depender sua vivência religiosa de um contexto que lhe seria exterior. A vida religiosa tem como eixo essencial o relacionamento da alma com Deus: todo o resto, mesmo o relacionamento com o mundo, e sem nenhum desprezo pelo próximo nem pelos deveres da solidariedade humana, subordina-se a este eixo primordial.

A problemática sacerdotal, devemos reparar, é bem diferente: eu sou padre *para os outros*, porque o sacerdócio é *essencialmente* uma função social. A vida religiosa encontrou, é claro, uma função na Igreja; mas em si, não se define funcionalmente. *Eu* sou religioso porque eu sou sensível ao reino de Deus, porque *eu* acredito no valor de uma consagração especial, porque *eu* tenho fé nas promessas escatológicas, porque entendi algo que não era dado a todos entenderem. "Quem fôr capaz de compreender isto, compreenda-o" (Mt 19,12). A vocação sacerdotal é primeiramente eclesial; e é também pessoal; a vo-

cação religiosa é pessoal, e encontra também sentido eclesial. Por isso, a Igreja, como sociedade organizada, tem o poder de decidir a respeito do número dos sacerdotes; não tem o poder de decidir a respeito do número dos religiosos. Disso cuida o Espírito Santo. Quando o mundo atual conceitualiza a vida religiosa primeiramente sobre o eixo sujeito-mundo, ele fornece à história dos desvios o erro complementar daquele que surgiu no passado quando se conceitualizou a vida sacerdotal essencialmente na perspectiva do fervor e da piedade pessoal. Na perspectiva de minha vivência religiosa, o mundo pode rejeitar minhas convicções, minha vivência religiosa, o valor e o sentido de minha consagração religiosa, de minha vida de religioso, qualquer que seja a atuação particular que o mundo presente me reserve; esta minha vida religiosa não será abalada.

Levar a sério esta perspectiva talvez reduzisse o número das *vocações religiosas*. Não importa muito. A vida religiosa é algo que tem valor qualificativo e não se deve importar muito da quantidade. Ao contrário, as necessidades funcionais da Igreja necessitam de um certo número de sacerdotes que a Igreja tem o dever de fornecer ao povo de Deus e ao mundo: isto é claro para quem sabe ler nas entrelinhas, isto é, todo um programa para a renovação do recrutamento sacerdotal, da formação eclesial, da regulamentação da existência dos padres.

Nesta base firme, o religioso não está impedido de irradiar no mundo. Pelo contrário. No momento em que tantos religiosos deduzem das diretrizes vigentes que é bom assimilar-se o mais possível ao mundo (que será *cada vez mais secular*, durante a parte do tempo que cabe sob a luz de uma razoável prospectiva) a nossa resposta nos coloca de maneira mais profunda e autêntica como *testemunhas da transcendência* que o mundo contesta. A fecundidade visível no mundo não será um fim mas um fruto. Com a graça de Deus, será o mundo, ou mais exatamente uma parte da humanidade, que virá a nós, isto é, aos valores que temos a honra de representar (sem pretender monopólio algum).

Hubert Lepargneur, O.P.



IGREJA NO MUNDO

PAPA VISITA A ÁFRICA

lônia simultaneamente da França e da Espanha. Sua capital é Rabat. A forma de governo é a monarquia constitucional. A economia marroquina baseia-se especialmente nas exportações de fosfatos.

Tunísia

A Tunísia conquistou a independência poucas semanas após o Marrocos, em 1956. A capital é Túnis. O presidente atual é Habib Burguiba.

Gana

A independência de Gana data de 1957. É, pois, a primeira ex-colônia negra a ter mais de 10 anos de independência. A capital é Accra. A antiga Costa do Ouro teve como primeiro presidente Kwame Nkrumah. Derubado em 1956, seu sucessor e governante atual é Joseph A. Ankrah.

Guiné

A Guiné conseguiu sua independência em 1958. Capital: Konaky. A Guiné é governada por Seku Touré, uma das figuras mais conhecidas da África. A situação dos católicos e sobretudo dos missionários não é boa.

Líbia

A Líbia, antiga colônia italiana, foi a primeira a conseguir a independência, após a guerra. A capital é El-Bayda. Trípoli é a cidade principal. Tendo Baccuche como primeiro ministro, o rei Idriss mantém um regime que lhe tem causado muitas dificuldades por parte daqueles que desejam, além do progresso, também a democracia. A Líbia vive do petróleo.

Sudão

O Sudão tornou-se independente em 1956. A capital é Kartum. Norte e Sul estão profundamente divididos. O Sul é predominantemente muçulmano. As tentativas de assimilação total têm resultado na expulsão de missionários.

Marrocos

Também o Marrocos tornou-se independente em 1956. Foi co-

A África nova que o Papa vai visitar é um continente de antigas civilizações que sofreu uma dura experiência colonial e que nos últimos dez anos assistiu ao surto de independência de quase quarenta nações. Estes países, todos integrantes, como nós, do Terceiro Mundo, estão realizando diferentes experiências de desenvolvimento e organização política que poderão interessar em muito aos demais países em desenvolvimento.



de convergência. É o Cristo, filho de Deus e nosso irmão.



Senegal

Senegal tornou-se independente em 1960. Sua capital é Dakar. Dois homens dominaram a política do país: Lamine Gueye e Léopold-Sedar Senghor. Em 1957 decidiram colaborar e procuraram criar a *terceira revolução* distante do comunismo e do capitalismo, integrando valores espirituais às contribuições políticas e econômicas das duas outras revoluções. Senghor é o presidente, reeleito em 1968.

Mauritânia

A Mauritânia, independente desde 1960, é o país de menor densidade populacional da África. A capital é Nuanchkott. O presidente é Moktar Ould Daddah, que entre 1967 e 1968 tentou uma aproximação com a Argélia e a República Árabe Unida. O minério de ferro, neste país, é tão abundante que pode ser explorado a céu aberto.

Mali

Mali, independente em 1960, tem como capital a cidade de Bamako. Seu primeiro presidente foi Modibo Keita. O regime foi o socialismo. Grande número de cidadãos desaprovaram este "socialismo dogmático". Assim, a 19 de novembro de 1968, o exército, chefiado pelo capitão Diakite e o tenente Traore destituiu o presidente. O país é grande produtor de arroz.

Alto-Volta

Alto-Volta, independente em 1960; sua capital é Uagadugu. País extremamente pobre, a população é obrigada a emigrar periodicamente para países vizinhos. No momento da independência o governo foi entregue ao presidente Yaméogo que em 1968 teve que enfrentar fortes agitações, sendo deposto e substituído pelo tenente-coronel Lamizana.

Níger

Sua independência foi feita em 1960. Sua capital é Niamey. É um país semidesértico, onde se descobriu recentemente urânio. O governo do presidente Hamani Diori vem realizando uma experiência discreta de fraternidade islamo-cristão.

Costa do Marfim

Costa do Marfim, independente em 1960, tem como capital Abidjan e é um dos mais prósperos países da região, atraindo muitos imigrantes dos países vizinhos. Seu presidente é Houphouët-Boigny, antigo partidário de uma república franco-africana — idéia que não vingou. O cristianismo tem bastante vitalidade e os jesuítas mantêm no país o INADES, centro que busca reunir as reflexões sociológicas referentes ao conjunto da África e especialmente à África Negra.

Dahomey

Dahomey, independente em 1960, é um antigo reino da Idade Média que atingiu grau elevado de civilização antes de se tornar colônia francesa. Desde a independência tem sido palco de sucessivas revoluções: 1963, 1965, 1968. Sua capital é Cotonn.

Congo-Brazza

Foi em Brazzaville, no ano de 1940, que De Gaulle lançou, através do rádio, a propaganda da *França Livre*. Em 1958, os franceses admitiram aí, pelo mesmo De Gaulle, o direito dos países africanos à independência. Congo-Brazza sofreu fortes oscilações políticas e hoje é governado por jovens militares. Sua independência foi em 1960. A capital é Brazzaville.

Gabão

Independência em 1960. Capital: Libreville. País quase despojado, vítima de epidemias e do tráfico de escravos. País rico em madeiras de lei, petróleo, urânio, manganês, ferro. É governado por Albert Bongo, que realiza uma política voltada para a Europa. O Gabão reconheceu o governo da província de Biafra.



Habib Burguiba, presidente da Tunísia



Léopold-S. Senghor, presidente do Senegal

Seku Touré, presidente da Guiné

República Centroafricana

País quase sem vias de comunicação, possui uma pequena indústria de mineração de diamantes e de extração de madeira. Seu primeiro presidente foi o abade Barthélemy Boganda que sonhava com uma *África Latina*, um conjunto de países ligados por uma tradição cristã. O atual presidente, Bokassa (1966) vem procurando desenvolver a economia, particularmente a agricultura. A República Centroafricana conquistou sua independência em 1960. A capital é Bangui.

Tchad

A independência do Tchad foi feita em 1960. Sua capital é Fort-Lamy. O país vive em equilíbrio instável por causa das tensões de tipo racial, político e religioso. Seu presidente, Tombalbaye, declarou recentemente: "Meu dever é agir de forma que as contradições e desentendimentos que opõem cristãos e muçulmanos cedam lugar à fraternidade, a fim de criar um conjunto coerente que sirva à prosperidade da jovem república do Tchad".

Camarões

Camarões tornaram-se independentes em 1960. Sua capital é Yaunde. É um país rico em recursos naturais e com bons centros educacionais.

Togo

Teve como primeiro presidente, após sua independência em 1960, Sylvanus Olympio, descendente de brasileiros. Seu regime foi derrubado em 1963 por Crunitzky que já governara o país em seus tempos de colônia. Em 1967, houve nova revolução militar. O país tem grande densidade populacional e sua economia se apóia na extração de fosfatos. Sua capital é Lome.

Madagascar

Madagascar, independente desde 1960, é uma grande ilha. Seus habitantes são, na grande maioria de origem asiática, vindos dos arquipélagos Malaio e Polinésio. Desde a independência, o homem forte do país é o presidente Tsiranana. Madagascar tem acordos internacionais firmados com numerosos países da Europa, da América e da Ásia, bem como com o Mercado Comum Europeu. Sua capital é Tananarive.

Congo

O Congo é uma ex-colônia belga (independente em 1960) que a metrópole pensava poder levar por degraus sucessivos a uma independência em estreita colaboração. Os primeiros passos do Congo foram dados sob a liderança de Patrice Lumumba, assassinado em condições misteriosas. Outra importante figura

política foi Moisés Tchombe. O Congo enfrentou sérios problemas com a luta sucessionista na província de Katanga, rica em recursos minerais e objeto de muitas ambições. Hoje a unidade nacional parece assegurada. O atual presidente é o coronel Mobutu. A capital é Kinshasa, ex-Leopoldville.

Burundi — 1962 — cap. Bujumbura

País, como Ruanda, ocupado por duas populações rivais: os Tutsis, pastores, e os Hutus, agricultores. No Burundi, os Tutsis formaram o primeiro governo. Em 1965 houve uma tentativa fracassada de tomada do poder pelos Hutus, seguida de violenta repressão. O governo real dos Tutsis foi substituído pela república, quando as forças armadas tomaram o poder. O atual e primeiro presidente é o capitão Michel Micombero.

Ruanda

Em Ruanda aconteceu exatamente o inverso: os Hutus conquistaram o poder. Seu chefe, Gregório Kayibanda, foi o primeiro presidente quando da independência, em 1962. Os dois países são, quanto ao mais, bastante semelhantes: montanhosos e relativamente pobres. Sua capital é Kigali.

Argélia

A guerra de independência da Argélia provocou reações apaixonadas no mundo inteiro. A in-

— IGREJA NO MUNDO

dependência foi conseguida em 1962, com um regime presidencial chefiado por Ben Bella que durou até 1965, sendo sucedido pelo vice-presidente Boumediene. A Argélia tenta hoje a valorização e o aproveitamento do deserto de Saara. Sua capital é a cidade de Argel.

Somália

País desértico e com numerosos habitantes nômades. Antiga colônia italiana, independente desde 1960. Politicamente, o país goza de tranquilidade no plano interno, mas no plano externo teve reivindicações em relação sobretudo às populações somalis vivendo no Kenya e na Etiópia. Hoje a situação externa foi regulamentada pelo primeiro ministro Mohamed Egal, mas o *front* interno começa a se agitar. Sua capital é Mogadiscio.

Nigéria

A Nigéria hoje está totalmente voltada para a guerra de Biafra. A guerra civil teve início em 1967, quando a tribo do Ibos, ocupando a província de Biafra, proclamou sua independência do governo central da Nigéria. A Nigéria conseguiu sua independência em 1960. Sua capital é Lagos.

África do Sul

A África do Sul, capital Pretória, é um país ocupado por 12

milhões de negros, 4 milhões de brancos, 2 milhões de mestiços e 600 mil indianos. Fêz do racismo e da absoluta segregação sua política, que no momento, é levada a cabo pelo primeiro ministro Balthazar-Johannes Vorster.

Serra Leoa

Este país foi governado pelos dois irmãos Morgai até 1967 época em que o exército assumiu o poder continuando a tarefa de desenvolvimento da agricultura e de implantação da indústria. Serra Leoa conseguiu sua independência em 1961. A capital é Freetown.

Tanzânia

A Tanzânia começou a existir como nação em 1965 mas os dois países que a compõem tornaram-se independentes respectivamente em 1961 e 1962. O país é governado por Jules Nyerere e segue um caminho socialista. Não conhece a tensão entre muçulmanos e cristãos, comum a outros países da África. A liberdade religiosa é um fato. Há entre a juventude um forte movimento contra a introdução de modos europeus no país. A capital da Tanzânia é Dar Es-Salaam.

Uganda

A Uganda resultou da reunião de quatro reinos, o que dificultou sobremodo o governo cen-

A maior parte dos Estados africanos encontra-se em difíceis condições de desenvolvimento. Recentemente dirigimos ao mundo um apêlo para que o desenvolvimento integral do homem seja sentido por todos como problema urgente em escala mundial. Na vasta programação que isso exige, a África deverá ocupar um lugar importante.

Paulo VI

tral de Milton Obote. Sua independência se deu no ano de 1962. A capital é Entebbe. A Uganda foi governada pelo rei Mutesa II até 1967, quando se tornou república. Foi palco de perseguições aos cristãos até o século passado, tendo sido canonizados, em 1964, 22 mártires queimados vivos entre 1885 e 1887.

Kenya — 1963 — cap. Nairobi

Uganda, Tanzânia e Kenya criaram em 1967 a comunidade leste africana para promover o desenvolvimento. Dos três, o Kenya é o mais industrializado e rico. Seu presidente é Jomo Kenyatta, que chefiou os Mau-Mau. É forte partidário de uma União Pan-africana. Sua independência foi conseguida em 1963. A capital é Nairobi.



General Ojukwu, líder da Biafra



Balthazar-J. Vorster, primeiro ministro da África do Sul



Julius Niere, presidente da Tanzânia

Malawi

Seu presidente é Hasting K. Banda, antigo médico em Londres. Hasting mantém uma atitude de reserva com respeito à Organização da União Africana. Malawi tornou-se independente em 1964. Sua capital é Zomba.

Zâmbia

Zâmbia, antiga Rodésia do Norte, possui as maiores minas de cobre do mundo e sua economia depende quase que inteiramente deste produto. Seu presidente é Kenneth Kaunda. Zâmbia tornou-se independente em 1964. Sua capital é Lusaka.

Rodésia

Este país é governado desde 1964 pelo premier Ian Smith, que proclamou a independência em 1965. A política racial seguida pelo país com uma população branca de apenas 3% provoca a reação da África e a oposição interna da maioria negra. A capital da Rodésia é Salisbury.

Gâmbia

Gâmbia localiza-se no centro do Senegal. Estes dois países assinaram entre si um tratado cuja realização vem encontrando

do obstáculos sérios no plano econômico. Seu presidente é Daud Jawara. Sua independência foi feita no ano de 1965. A capital é Bathurst.

Botsuânia

A Botsuânia, antiga Bechuanalândia, tornou-se independente em 1966. É o país menos densamente povoado da África e um dos mais pobres. Sua economia é do tipo agrícola e muito ligada à África do Sul. A capital é a cidade de Gaberones.

Lesotho

Lesotho é o nome atual da Basutolândia, país encravado na África do Sul e mais dependente ainda. É o mais antigo Estado de maioria cristã da África negra, embora só se tenha tornado nação politicamente independente em 1966. A capital é Maseru e o poder é exercido em tensão permanente pelo rei Mosheshoe, partidário do pan-africanismo, e pelo primeiro ministro Jonathan, voltado para a África do Sul.

Nguânia

A Nguânia tornou-se independente em 1968, ao cabo de complicadas negociações nas quais ficou decidido que haveria 1 deputado para 1.000 brancos e 1 para 16.000 negros. Esta *super-representação* dos brancos foi

exigência da vizinha África do Sul, da qual depende a economia do país. A Nguânia corresponde ao território da antiga Sualândia e sua capital é Mbanane.

Ilha Maurício

A Ilha Maurício, com uma população originária de todos os continentes, tornou-se independente em 1968, passando a ser o 27º Estado da Comunidade Britânica. Sua capital é Port-Louis.

Guiné Equatorial

A Guiné Equatorial conquistou sua independência em 1968, no dia 12 de outubro, festa da descoberta da América. Foi colônia espanhola e é governada por um socialista moderado, Francisco Macias. A capital é Bata.

ANTIGAS NAÇÕES

Além destes países de independência recente, temos na África antigas nações independentes e territórios que não se tornaram Estados independentes.

Etiópia

A Etiópia é o mais antigo Estado da África. Seu imperador Hailé Selassié foi um dos grandes impulsionadores da Organização da Unidade Africana. Sua capital é a cidade de Addis-Abeba.



Tom M'Boya, do Kênia



Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia

Tombalbaye, presidente do Tchad



RAU

A República Árabe Unida, RAU (Egito) tem uma história que começa com os faraós e vem até nossos dias. A independência do Egito moderno, porém, data de 1922. A capital é o Cairo e o país vive em conflito com Israel.

Libéria

A Libéria é uma república fundada em 1847 por ex-escravos norte-americanos. O atual presidente é William Tubman, que ocupa o poder há 25 anos. A capital é Monrória.

TERRITÓRIOS

Encontram-se também na África territórios ligados a países da Europa.

Ligados a Portugal: *Angola*, capital Luanda, território rico em minérios; *Moçambique*, capital Lourenço Marques; *Guiné Bissau*, capital Bissau; *Cabo Verde*, capital Praia; e a pequena ilha de São Tomé, no gôlfo da Guiné.

Ligados a outros países:

O *Saara Espanhol*; a cidade de *Djibuti*, administrada pela França; a *Ilha da Reunião*, próxima a Madagascar, departamento francês; as ilhas Seycheles, administradas pela Inglaterra, e a Ilha de Santa Helena.

As condições gerais do desenvolvimento econômico da África não mudaram com a simples proclamação da independência por parte dos novos Estados. Mas a independência tornou por vêzes difíceis as relações com as nações prósperas: temeu-se que os auxílios econômicos e a assistência técnica condicionassem a liberdade e autonomia atingidas com a independência.

Paulo VI

Tendes, Governantes da África, a grave responsabilidade de trabalhar na consolidação das instituições nascidas com a independência de vossos países.

Procurai a paz, estando mais prontos ao diálogo e às negociações do que à ruptura e à violência, recordando-vos da tradição mais autêntica da antiga África, a de parlamentar.

Paulo VI



Ragambwa, primeiro cardeal africano escolhido em 1960

Entre os obstáculos que podem tornar difícil o desenvolvimento integral dos novos Estados africanos temos a discriminação racial de que há infelizmente, também na África, graves e opostas manifestações. O racismo é incompatível com o espírito de Cristo, contrário ao plano de Deus e à formação de um mundo mais justo e mais estruturado numa solidariedade universal.

Paulo VI



A Igreja muito espera da vossa cooperação na renovação e valorização das culturas africanas, quer no tocante à reforma litúrgica quer no ensino de sua doutrina em termos que correspondam à mentalidade das populações africanas.

Paulo VI, dirigindo-se a os intelectuais da África.

PAPA VISITA A ÁFRICA

Paulo VI anunciou que iria a Kampala, Uganda, na segunda quinzena de julho. A viagem será rápida, feita por ocasião da consagração do altar em honra dos 22 mártires ugandenses. Assistirá, então, ao encontro pan-africano de bispos, que se reunirá sob a presidência do cardeal Rugambua, da Tanzânia.

Não é esta a primeira vez que Paulo VI irá à África. Quando arcebispo de Milão ele já havia visitado Kariba, onde numerosos operários de sua diocese trabalhavam na construção de uma barragem. Daí foi a Salisbury (Rodésia), Joanesburgo, Pretória (África do Sul), Accra, (Gana), Lagos, Ibadan e Enugu (Nigéria).

Já como Papa, em 1967, Paulo VI endereçou à África a mensagem *Africae Terrarum* onde afirma com a máxima clareza o respeito aos valores da cultura africana. "O africano, tornando-se cristão, não tem que renunciar a si mesmo".

Esta viagem de Paulo VI será mais uma contribuição sua para o crescimento de um catolicismo especificamente africano. Tem sido esta a linha de ação do Papa que, pouco antes de anunciar sua viagem mandou Dom Benelli, secretário de Estado substituto, representá-lo na inauguração de um instituto de cultura religiosa em Abidjan. Nesta ocasião, declarou o representante do sumo pontífice: "É chegado o tempo para o povo africano de viver sua fé como africano, no pleno desabrochar de sua personalidade par-

ticular; de conhecê-la e aprofundá-la através de uma linguagem e uma catequese que não sejam tomadas de empréstimo mas que correspondam a sua própria mentalidade, a seus pontos de referência culturais e sociológicos; de manifestá-la em um culto que fale a seu coração e onde seu coração possa exprimir-se a Deus; de comprometer enfim esta fé numa ação adaptada às necessidades da África, quer se trate de modos de diálogo nos meios africanos, quer se trate das necessidades de seu desenvolvimento.

Há nesta procura da expressão africana da fé uma exigência vital a satisfazer, não para ceder a uma reivindicação sentimental ou a um oportunismo, mas porque ela decorre da lei de encarnação do Evangelho, tal como Cristo a realizou em si mesmo e tal como a Igreja a recebeu como missão".

É grande a vitalidade das Igrejas da África, mas esta vitalidade se choca com dificuldades de toda espécie para responder às necessidades novas de um continente em plena transformação e que pouco a pouco assume a direção de seu destino.

O cristianismo na Uganda, país que o Papa visitará, é um dos mais vigorosos da África. 31% dos ugandenses são católicos. Na Uganda surgiram as primeiras congregações religiosas africanas. Um dos 22 mártires canonizados recentemente é Charles Lwanga, patrono de toda a ação católica africana.

SIMPÓSIO SÔBRE CULTOS POPULARES

Estiveram recentemente (abril) reunidos na sala do Regional Leste I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para um estudo sôbre cultos populares; vários especialistas (antropólogos, sociólogos, psicólogos e teólogos).

Sabe-se que só na Guanabara, foi afirmado neste encontro, existem 14.000 centros de macumba e umbanda e que no Estado do Rio êstes centros chegam a 20.000.

No desenvolvimento do tema, dentro de uma linha de diálogo, Frei Boaventura Kloppenburg falou sôbre a aculturação do cristianismo nas diversas raças e povos, e Jean Pierre Bombard abordou o fenômeno "das seitas de origem protestante, na favela do Jacarêzinho" (esta favela tem 60 mil habitantes).

Entre outros, participaram também do presente simpósio: Brucei Corei, sociólogo estruturalista, Prof. Édson Carneiro, historiador e folclorista, e dr. Armando Bandeira, secretário da Federação da Umbanda do Brasil. Êste encontro contou ainda com a presença de D. José Gonçalves, vigário geral da Arquidiocese da Guanabara, D. Cirilo F. Gomes, secretário do Leste I e diretor do Instituto *Mater Ecclesiae*, D. Estêvão Bittencourt, professor de História e Exegese Bíblica, e Frei Raimundo de Almeida Cintra, redator responsável de "Convergência", e professor de História das Religiões e Religiosidade Popular, na PUC, e no Instituto Nacional de Pastoral.

Sôbre os cultos populares, os estudos que se vêm fazendo revelam a necessidade de uma presença maior da Igreja na mentalidade e na vida do povo. Dentro desta linha, e com aplicação clara aos povos latino-americanos profundamente marcados pela mentalidade africana, Frei Kloppenburg citou o seguinte texto da "Africae Terrarum": "A Igreja muito espera de vossa cooperação na renovação e valorização da cultura africana, quer no tocante à reforma litúrgica, quer no ensino de sua doutrina em têrmos que correspondam à mentalidade das populações africanas".



RENOVAÇÃO VOLTA ÀS FONTES E PROSPECTIVA

«À LUZ DO CONCÍLIO
VATICANO II
E DA REALIDADE
LATINO-AMERICANA»
A CRB APONTA
NESTE LIVRO
AS PISTAS
DE UMA VIDA
RELIGIOSA
PLENAMENTE
ENGAJADA.

PEDIDOS À
SEDE DA
CRB:
AV. RIO BRANCO, 123
10º ANDAR - (GB)

LEIA

ASSINE



CONVERGÊNCIA

CONVERGÊNCIA CONVERGÊNCIA



Amigo,
Convergência publica,
mensalmente, análises
que buscam soluções
reais, experiências que
interessam a todos, acontecimentos da Igreja no mundo, críticas sobre filmes... Convergência está aberta a todas as sugestões que visem o bem dos homens e um cristianismo presente no dia de hoje. Assim, Convergência deseja crescer como um instrumento da Igreja no Brasil. Renove, pois, sua assinatura e dê uma outra, de presente a seu amigo.



Luis Buñuel sempre foi tido como um cineasta *maldito*. Um provocador. Um suscitador de ódios. Muitos o consideram no mínimo um extremista inoportuno. Buñuel é sádico. E' ateu — "graças a Deus", como êle mesmo disse. E' criança. E' bêsta. E' demônio. E' *gentleman*. E' anarquista. E pode ser que seja tudo isso. Ou pode ser que não seja. De qualquer modo, porém, é um homem pelo qual ninguém passa indiferente.

Buñuel nasceu no dia 22 de fevereiro de 1900, em Calanda, na Espanha, primogênito de sete irmãos. Hoje é um alcoólatra e surdo dizendo que o *Bela da Tarde* foi definitivamente seu último filme. Leonardo, seu pai, era um militante. Dêle, Buñuel herdou inquietação, inteligência e amor pela justiça e pela liberdade. Sua mãe pertencia à no-

breza espanhola. Era bela, distinta e inteligente.

Buñuel foi um dos melhores alunos do colégio dos jesuítas em Madrid. Com êles estudou filosofia e letras. Seus amigos foram Salvador Dali, Garcia Lorca, José Ortega y Gasset, Ramon Gómez de las Sernas e Rafael Alberti. O primeiro cineclub de Madrid foi êle quem fundou no ano de 1924. Em 1925 partiu para Paris onde se tornou assistente de Jean Epstein, cineasta e filósofo, com o qual colaborou no filme *La chute de la maison Usher*, adaptação da novela de Edgard Allan Poe. Adquirindo os conhecimentos suficientes a respeito do cinema (o novo meio de expressão artística), fêz em 1928 o *Chien Andalou* — filme que causou muita confusão, incompreensão e ódio. A tela em que se passava o filme pela primeira vez foi furada a tiros de revólver.

Buñuel é antes de tudo um egoísta. Não no sentido de ter coisas mas no sentido de ser. E' um egoísmo existencial. Sempre quis viver à sua própria maneira. E esta maneira vai contra a moral burguesa manifestada nas instituições que êle julgava socialmente injustas — a religião, a pátria, a família, a cultura existente, numa palavra, tudo aquilo que se chama de "colunas da sociedade". Mas, afinal, o mistério lhe interessa. "O mistério é essencial a toda obra de arte", diz êle.

Depois de uma briga com Jean Epstein, Buñuel fêz dois filmes que são fundamentais para a compreensão do resto de sua obra: *Chien Andalou* e *L'Age d'Or*. O primeiro, na época ninguém compreendeu. Ninguém pôde dizer o que significavam os

clérigos arrastando um piano com o cadáver e os excrementos de um asno, a mão decepada, a mão com as formigas formigando, o estranho comportamento dos dois namorados, e particularmente o ôlho em toda a largura da tela cortado por uma navalha, o qual fêz correr da sala muitos espectadores. O segundo também era chocante. Era um filme anticlerical, contra as instituições e anarquista.

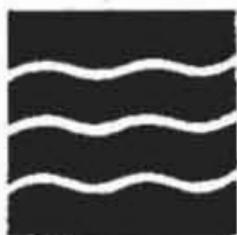
Contudo, o cristianismo em todas as suas formas o fascina, pois êle o acha portador de uma verdade grande demais para a compreensão humana. Portador de uma mensagem que, segundo a interpretação das Igrejas e, para Buñuel, sobretudo da Igreja católica, é deformada e traída sem cessar. Suas acusações, Buñuel as dirige contra a religião oficializada. Para êle, esta religião trai seus próprios princípios e proclama certezas que se manifestam cada vez mais invenções humanas ou, pelo menos, aproximações muito limitadas de uma verdade dificilmente alcançável.

Depois dos ultrajes à Igreja católica e das blasfêmias de *L'Age d'Or*, Buñuel entra em luta aberta com a Igreja no filme *Nazareno* — história de um padre que se preocupa com a sorte dos pobres, mas que pela atitude hipócrita de seus superiores e confrades torna-se um revoltado.

A respeito de sua relação com a Igreja católica, o próprio Buñuel comenta: "Minha vida foi influenciada ao máximo pela educação católica. Tudo quanto realizo, portanto, traz a marca dessa religião. Ideologicamente, porém, já faz tempo que não pertenço a ela".

BUÑUEL

SEU FILME PROVOCOU ÓDIO:
A TELA FOI FURADA
A TIROS DE REVÓLVER



GUIDO
LOGGER

Há coisas que pensamos interessarem apenas a alguns grupos, quando na realidade dizem respeito a todo o mundo. É o caso do relacionamento com Deus, da vivência fraterna, da oração em comum, da gratuidade do tempo passado juntamente com outros... Neste sentido, o irmão Miguel, monge protestante que reside em Olinda, autor do presente artigo, tem muito a nos dizer.

VIVÊNCIA FRATERNA



A vida chamada religiosa baseia-se numa resposta de fé ao convite de Jesus Cristo. Entretanto, através dos séculos ela se desenvolveu segundo vários padrões.

Um dos primeiros foi a grande propriedade rural, onde o pai de família acumulava todo poder e autoridade, sendo então a obediência a virtude principal dos súditos. A grande propriedade rural era auto-suficiente tanto na sua economia como nas relações sociais. Poucos eram os contactos com o mundo de fora. Era um pequeno mundo em si, uma comunidade de destino que englobava a vida toda de cada membro. O título conveniente para descrever tal micromundo seria não *vivência fraterna* mas *obediência filial*. No entanto, é mister não confundir este padrão com o relacionamento hoje existente entre patrão e operários, pois a diferença é notável. A grande propriedade rural era uma comunidade de destino, onde os laços que uniam o chefe e os súditos, embora de dependência, nunca deixaram de ser pessoais.

Outro padrão da vida chamada religiosa é o exército. Já o apóstolo serviu-se dele para ilustrar a atuação cristã. Neste caso, não é o fato de se viver no mesmo micromundo que condiciona em primeiro lugar a vida. É, sim, o alvo a ser atingido e a disciplina capaz de al-

cançá-lo. No exército existe uma forte comunidade de destino pelo importante potencial de risco em que se encerra. A disciplina há de ser rigorosa. Ao mesmo tempo, é necessário o preparo pessoal. Cada um precisa ser capaz de ficar em pé quando a hora o exigir. Com este padrão, pensa-se em "camaradagem" mais do que em "vivência fraterna", em treinamento e disciplina mais do que na qualidade das relações pessoais.

Um terceiro padrão é a equipe. Ela se organiza em função de um trabalho a ser realizado em comum. Uma equipe é eficiente quando cada membro contribui com uma qualificação específica no trabalho comum. Não é tanto a disciplina que importa, é antes o preparo profissional. O que exige as energias de comunidade não é uma determinada meta, mas a tarefa contínua. Uma equipe não requer uma comunidade total de destino. Não precisa ser constituída para a vida toda. Ao contrário, pode limitar-se a uma parte da vida e da pessoa. Pode contentar-se com relações funcionais entre os membros. A equipe pode dissolver-se depois da tarefa feita. Pode também trocar de membros. Além disso, uma mesma pessoa pode participar de várias equipes ao mesmo tempo, o que não é possível nem no exército nem na fazenda. (Dêsse modo, toda congre-

gação orientada para uma tarefa ou uma obra encontrará dificuldades em motivar a vivência fraterna e íntima de toda uma vida).

Em nossos dias, há uma insistência fundamental sobre a fraternidade. Dentro da Igreja e fora dela, as relações fraternas de igualdade e de reciprocidade são exaltadas, enquanto as relações paternalistas ficam desqualificadas. No que toca à vida chamada religiosa, um recente livrinho bem argumentado (Thadé Matura, *Celibato e Comunidade*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1969), demonstra que a vida religiosa caracteriza-se essencialmente pelo celibato e pela comunhão fraterna. E mostra também que, dos tradicionais *três votos*, só o celibato tem fundamento bíblico certo. A pobreza evangélica é proposta a todos os cristãos. A obediência a Deus, o respeito aos chefes espirituais e a correção mútua também. Além do celibato, é a comunidade, isto é, a vivência fraterna, que constitui o segundo fundamento bíblico seguro da vida dos celibatários por causa de Cristo, já que nela reside o único sinal acompanhado da promessa de sermos reconhecidos como cristãos (Jo 13,35).

O padrão natural de vivência fraterna é a pequena família contemporânea, não mais a grande casa rural de outrora. Todos os irmãos de uma fami-



lia são iguais. Eles têm tudo em comum, tanto os bens materiais como a vida afetiva e intelectual. É uma comunidade de vida total, englobando irmãos e irmãs, com exceção de todo componente sexual. O que vincula os irmãos uns aos outros não é tal obra, nem tal meta a ser atingida, nem tal disciplina, mas uma comunidade de destino e a qualidade de relacionamento pessoal. No entanto, é só parcialmente que este padrão pode informar a vida religiosa, pois aplica-se a crianças mais do que a adultos. Quando chegam à maturidade, os irmãos vão cada um para seu lado e a vivência fraterna anterior fica deslocada.

Embora a vivência fraterna dos celibatários por causa do Evangelho tenha obedecido a vários modelos através da história, nunca pôde contentar-se em repeti-los. Ao contrário, a fraternidade cristã tem por vocação viver um estilo de relações humanas que já seja sinal do mundo vindouro, transcendendo por sua qualidade de abertura para com todos, mesmo a perfeição possível do amor que engloba a intimidade sexual. (Face a tantas comunidades que não passam de caricaturas desumanizantes, sente-se muita hesitação ao considerar a vida religiosa como sinal do mundo vindouro). Quanto, porém, aos modelos humanos, a vivência fraterna cristã pode

aproveitar as qualidades de todos eles. Por exemplo, o perigo de moleza e de narcisismo contidos numa insistência exclusiva sobre o relacionamento pessoal fica afastado pela atenção simultânea à meta comum...

Ora, é só no relacionamento com Deus que a fraternidade humana pode durar e se aprofundar. Senão, prevalecerá a tendência à hierarquização e o desejo dos mais fortes de dominar. Para viver como irmãos, todos juntos, existe a necessidade de um pai comum. É a relação filial que torna possível a fraternidade. Quando se trata de adultos que escolheram livremente a vida comunitária por causa de Cristo, a relação filial encontrará sua expressão válida na oração comum. Aí é que se realiza a igualdade fundamental: todos esperando a Deus, juntos, com as mãos estendidas, para serem cumulados da generosidade divina. Sem vida de oração em comum, não há vivência fraterna duradoura entre pessoas adultas (pode ser que no plano profano haja exemplos de vivência fraterna, graças ao apêlo de um forte ideal ou presença momentânea de um grande chefe).

Além deste primeiro requisito, a vivência só pode ser fraterna com a plena participação de todos os membros da comunidade. Isto significa que a vivência fraterna é condicionada por to-

do o estilo de vida da comunidade. Dificilmente realizar-se-á num contexto onde muitos não contribuem com nada para o sustento da vida comum. A maturidade necessária à vivência fraterna só vem do exercício de uma responsabilidade, por pequena que seja.

É o momento de dizer uma palavra sobre a autoridade e a obediência. A autoridade cristã é uma comunhão. O irmão que aceita e sustenta a autoridade do encarregado da coordenação permite por sua aceitação o exercício desta autoridade. Sabemos todos que sem a colaboração dos súditos, o mais absoluto ditador fica sem poder. Por outro lado, o encarregado da coordenação, por sua atitude de respeito e de consulta, anima a marcha comum de todos. Assim, a obediência cristã não é uma diminuição da responsabilidade pessoal — como se eu me desprendesse de minha responsabilidade pessoal executando as ordens de um outro — é, sim, um alargamento da responsabilidade pessoal para incluir não só a mim, mas também os meus irmãos.

Além da filiação comum e da responsabilidade de todos, a vivência fraterna precisa de um mínimo de tempo passado em comum para se realizar. Uma comunidade em que nunca se encontram todos reunidos não conseguirá desenvolver uma forte fraternidade. Quando não há en-

VIVÊNCIA FRATERNA

contro diário de todos, mesmo breve, dificilmente realizar-se-á tal vivência. Pelo menos semanalmente é necessário sentar-se juntos sem pressão de hora. Sem gratuidade, não há fraternidade. A gratuidade de tempo passado juntos, simplesmente para estar juntos. Se a nossa época carece tanto de comunhão humana, é em parte pela incapacidade de as pessoas pararem um pouco, de vez em quando, para estarem juntas.

Esta exigência da possibilidade de se encontrarem todos regularmente influi sobre o tamanho de uma comunidade. Numa comunidade onde os membros estão empregados fora, não se pode ultrapassar o número de oito. Senão será impossível combinar os horários de modo a permitir o mínimo necessário de tempo gasto em comum. Comunidades maiores têm de optar pela coincidência do lugar de trabalho e de vida, o que não é fácil em meio urbano. Portanto, a própria vivência fraterna determina até o tamanho de uma comunidade e a escolha do lugar de sua inserção.

Tanto a condição como o fruto da vivência fraterna são a alegria, a simplicidade e a misericórdia.

Alegria

"Na comunhão dos santos, dia após dia, cantamos a compaixão renovada do Senhor, e sua misericórdia aviva o nosso fervor.

A verdadeira alegria é antes de mais nada interior. Nunca o gracejo renovou a alegria. Lembremo-nos de que é impreciso o limite entre o humor franco e a ironia que faz do sorriso uma careta. A ironia, este veneno da vida comum, é pérfida, porque através dela são lançadas pseudoverdades que não se ousa dizer de frente. E' covarde porque destrói a pessoa de um irmão diante dos outros. A alegria perfeita está no despojamento de um amor tranqüilo. Esta alegria precisa de todo o seu ser para se manifestar. Não tema partilhar das provações dos outros, não tenha medo do sofrimento, porque é muitas vezes no fundo do abismo que é dada a perfeição da alegria na comunhão de Jesus Cristo.

A alegria perfeita se dá. Quem a conhece não procura nem gratidão nem benevolência. Ela é admiração renovada diante da gratuidade daquele que concede abundância de bens espirituais e terrestres. E' reconhecimento. E' ação de graças.

Simplicidade

Sua disponibilidade implica uma simplificação contínua de sua existência, não por constrangimento mas por fé. Fuja das sinuosidades através das quais o diabo o procura. Rejeite os fardos inúteis para melhor levar a Cristo, seu Senhor, os dos homens, seus irmãos. Na transparência do amor fraterno, reconheça simplesmente suas falhas, mas não tome isto como pretexto para descobrir as dos outros. Onde quer que se encontrem, os irmãos mantenham entre si uma revisão de vida breve e freqüente. A simplicidade é também lealdade consigo mesmo para chegar à limpidez. E' um caminho de abertura para com o próximo. Ela consiste na alegria livre do irmão que renuncia à obsessão de seus progressos e recuos para fixar o olhar na luz de Cristo.

Misericórdia

Uma vez que a paz com Cristo implica a paz com o próximo, reconcilie-se, e repare o que pode ser reparado. Perdoe a seu irmão até setenta vezes sete.

Você teme alimentar o orgulho de um irmão esquecendo sua ofensa? Exorte-o, então, mas sempre a sós e com a doçura de Cristo. Se para preservar sua necessidade de influência ou de

popularidade junto de certos irmãos, você deixa de exortar, é um motivo de queda na comunidade.

Prepare-se para perdoar a toda hora. Não se esqueça de que o amor se expressa também pela atenção recíproca. Que não haja uma doçura afetada nem também palavras duras. Considere em suas impaciências de linguagem a dor feita a Cristo. Recuse-se a se entregar às antipatias. Estas correm o perigo de existir quando, por causa do grande número de irmãos, a pessoa não pode mostrar-se, como é, com todos. Sua inclinação natural pode levá-lo a ter, à primeira vista, um preconceito desfavorável, a julgar seu próximo sob o seu mau aspecto, a alegrar-se com as falhas percebidas num irmão. Deixe-se antes ganhar por uma superabundância de amizade por todos. Evite as controvérsias mesquinhas: nada divide tanto quanto as discussões contínuas por tudo e por nada. Saiba cortá-las, se precisar. Recuse-se a ouvir insinuações sobre os irmãos. Seja fermento de unidade. Se tiver dúvidas sobre a atitude de um irmão e não puder dizer-lhas ou não fôr escutado por ele, confie-as ao prior que verá com você como agir e ajudar este irmão. Se ele se recusar ouvi-los, falem à comunidade. Por causa da fraqueza de sua carne, Cristo lhe dá marcas visíveis e repetidas de perdão. A absolvição o conduz à alegria da salvação. E' preciso, porém, que a procure. O pecado de um membro marca todo o corpo, mas o perdão de Deus reintegra o pecador na comunidade. A confissão se faz ao único e mesmo irmão escolhido com o prior. Aquêl que vive na misericórdia não conhece nem susceptibilidade nem decepção. Dá-se simplesmente esquecendo-se de si mesmo, alegremente com todo seu fervor, sem nada esperar de volta" (da Regra de Taizé).

Irmão Miguel
Da Comunidade de Taizé



Alceu Amoroso Lima completa a 17 de junho meio século de vida literária. Seu primeiro artigo apareceu em *O Jornal* — exatamente no primeiro número do novo jornal carioca — a 17 de junho de 1919, assinado com o pseudônimo de Tristão de Athayde, que ele conservaria ao longo desses cinquenta anos de extraordinária atividade.

Mestre Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio (Cosme Velho) a 11 de dezembro de 1893, filho de um industrial brasileiro — Manuel Amoroso Lima e de D. Camila Peixoto da Silva Amoroso Lima — portuguesa. Nasceu numa velha casa chamada "Casa Azul", que evocaria no

ALCEU AMOROSO LIMA:

50 ANOS
DE SUA ESTRÉIA



seu mais belo artigo ("A Casa Azul"), de 1940. Estudou as primeiras letras em casa, com João Kopke, grande pedagogo e côxo. Foi vizinho de Machado de Assis, que era muito amigo de seu pai e de seu padrinho, Antônio Martins Marinhos. Affonso Arinos (o tio) também era amigo de sua família. Alceu cursou o ginásio no Colégio Pedro II, que então se chamava Ginásio Nacional. Foi aluno de literatura brasileira de Coelho Neto. Em 1908, era bacharel em letras. Em 1900, visitara a Europa pela primeira vez. Voltaria em 1909 e 1913. Cursou a Faculdade de Direito no Rio, de 1909 a 1913. Foi aluno de Sílvio Romero, Inglês de Souza, Souza Bandeira, Afonso Celso, Lima Drumond, Sá Viana, Coelho Rodrigues. O paraninfo da turma seria Sílvio Romero, professor de filosofia do direito e já no extremo fim da vida (morreria em 1914). O orador da turma seria Leônidas de Rezende. Alceu foi mais da ala literária (e não da ala jurídica) da Faculdade. Escreveu contos e artigos para a revista "A Época", de que se tornou diretor em 1912. De início, desejou ser contista e poeta. Publicou alguns sonetos, inclusive um assinado Vasco de Athayde, nome de que se lembrou na hora de escolher o pseudônimo de 1919, trocando o Vasco por Tristão, para que o poeta não compromettesse o crítico...

Em Paris, em 1913, foi aluno de Bergson. Estudou filosofia e história. Como já estudara música no Rio com Alberto Nepomuceno. Seu primo, Cipriano Amoroso Costa, lhe revela-

ria Mallarmé, Wagner e Proust. De 1911 a 1916, trabalhou no escritório de advocacia de Souza Bandeira, tio de Manuel Bandeira e também escritor. Em 1917, foi adido no Itamarati, onde serviu no Arquivo durante a gestão Lauro Müller e no gabinete do ministro Niló Peçanha. Ali, reencontrou seu antigo colega de faculdade, Ronald de Carvalho. Em 1916, publicou um artigo no *Jornal do Comércio* sobre Affonso Arinos, que acabava de morrer. E, em setembro, um outro, na "Revista do Brasil" — sobre os monumentos históricos de Minas, que visitara. Casou-se em 1918 com Dona Maria Teresa de Faria, filha do escritor Alberto de Faria e irmã de Otávio de Faria. Em 1918, foi trabalhar com seu pai, na indústria dêste.

Ao estreiar como crítico literário de "O Jornal", em 1919, tinha vinte e cinco anos e uma vasta experiência cultural. Era um discípulo de Anatole France. Sílvio Romero acabara de afastá-lo da visão cristã do mundo. Alceu era um agnóstico e um cético. Um esteticista. Eça, Machado e Anatole haviam sido os formadores de seu estilo. Durante dez anos, foi por excelência o crítico da literatura brasileira. Em 1928, converteu-se ao catolicismo. E, desde então, ao longo de quatro décadas, sua vida se transformou num admirável e cotidiano apostolado, a serviço da Verdade e do Amor. O "Adeus à Disponibilidade", êle o disse com todo o coração — e para sempre. Renunciou ao esteticismo e se entregou à Igreja. Setenta livros publicados testemunham essa atividade.



ESTANTE DE LIVROS

ESTUDO SÔBRE A CEIA DO SENHOR

Tanto a Editora "Duas Cidades" como a equipe de tradutores da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil compreenderam o alcance ecumênico da obra do grande teólogo reformado suíço.

No presente *Estudo sobre a Ceia do Senhor* — Von Allmen decompõe a ceia em seis momentos fundamentais, cada um duplamente polarizado. Trata, pois, em seis capítulos da anamnese e epiclese, dos limites e da plenitude, da comunhão com Cristo e com os irmãos, do pão vivo e do sacrifício, da oração e sua resposta, da missa e da eucaristia.

Na *Introdução*, o autor atribui a escassez de informações neotestamentárias sobre a vida eucarística na Igreja primitiva à disciplina do arcano e não a um crescimento de importância da eucaristia como uma espécie de sucedâneo da parusia que não parecia mais iminente.

Fato é que a Igreja antiga conheceu diversidade ritual nas várias comunidades locais sem que esta tenha comprometido a unidade. Aos poucos, porém, formaram-se, por centralização, duas liturgias maiores: a de Bizâncio e a de Roma. No primeiro milênio de sua existência, a Igreja não conheceu heresias marcantes concernentes à eucaristia. Não se brigava sobre a presença ou ausência de uma epiclese (invocação do Espírito Santo) nem a respeito da interpretação sacrificial ou da presença real. Foi depois que a Igreja se dividiu que tais temas começaram a constituir problemas. Talvez porque a divisão questione um dos efeitos da eucaristia: a unidade.

Conforme o autor, a grande tradição litúrgica do Ocidente, não obstante a revolta contra a uniformidade imposta (e abusada), é mais do que algumas vezes se pensa respeitada pelas igrejas que aceitaram a Reforma, e isto não só entre os luteranos e anglicanos, mas também entre os reformados.

A Reforma é responsável pela separação no dia do Senhor do culto da palavra e da refeição (ou ceia) do Senhor. Esta separação está na origem de dois tipos de cristianismo: o tipo católico que manteve a tradição e o tipo protestante que, embora não excluindo a vida sacramental, vive bastante à margem dela. Não pode existir Igreja sem ceia, como não existe ceia sem Igreja. A eucaristia não é uma coisa, ela é uma vida.

No primeiro capítulo o autor trata da *anamnese* (memória ou recordação) e da *epiclese* (invocação do Espírito Santo). A Igreja não inventou a ceia. É ordem do Senhor: "Fazei isto em minha memória". A Ceia não é repetição necessária do Calvário e nem simples lembrete do que Jesus fez.

O Ocidente atrofiou o uso da epiclese provavelmente por achar que o conjunto da ação eucarística era epiclética.

(Notemos aqui que nos novos cânones da liturgia renovada da Igreja Católica se introduziram a invocação do Espírito Santo antes e depois das palavras da instituição).

Conforme o autor, a epiclese protege a anamnese contra a ameaça da magia. Uma das razões mais fortes da Reforma

contra a Igreja romana eram as missas votivas privadas e pagas; outras eram a concentração do poder de consagrar unicamente sobre as palavras da instituição; a devoção do *Corpo de Deus*, a reserva e a adoração do SS. Sacramento a hipertrofia do clero em relação ao laicato — a glorificação exagerada da pessoa e dignidade do sacerdote que tem poder sobre um Deus que lhe obedece, e que na missa é o único a comungar sob ambas as espécies. É interessante que o autor reconhece que a Reforma deixou durante muito tempo de corrigir a lacuna da epiclese explícita. Ele é de opinião que a insistência dos ortodoxos em reconhecer na epiclese após a anamnese um ponto fundamental para a reflexão teológica deveria ser levada bastante a sério pelos cristãos católicos-romanos e protestantes. A epiclese comunitária feita "sobre nós e sobre estes dons" protege a eucaristia contra uma redução de alcance sacrificial à anamnese da morte propiciatória de Cristo, sem qualquer movimento oblato, o que é contra a tradição antiga unânime, e privaria a ceia, como repetição meramente histórica, de seu sentido profundo.

No capítulo segundo, toma o autor por *leit-motif* 1 Cor 10,17: "Porque há um só pão, nós formamos um único corpo, embora sejamos muitos, pois participamos do mesmo pão". A ceia constitui a Igreja e a revela. Historicamente a Igreja aparece como *congregação local* e, ao mesmo tempo, *católica* (universal), pois há união ou comunhão com as igrejas-irmãs, constituídas como ela de batizados.

ESTANTE DE LIVROS

Há ligação íntima entre a ceia e o batismo. A eucaristia é o alimento dos batizados e revela a Igreja enquanto comunidade, pois a ceia manifesta os limites da Igreja (localmente) e não coloca em dúvida sua plenitude. Ela pode ser local, regional ou nacional e sempre ter representada em si a Igreja de Cristo.

Depois de frisar que a matéria de pão e vinho não é da iniciativa da Igreja e portanto deve ser admitida por razões cristológicas, o autor passa à questão do pastor e da comunidade, o rebanho: rebanho sem pastor não é rebanho e também, sem rebanho, não se pode ser pastor; Von Allmen critica a celebração da eucaristia sem comunhão do povo, pois a seu ver contradiz isto uma das razões essenciais da instituição e falseia a própria estrutura da Igreja. Quanto ao ministro, o Novo Testamento não diz nada a respeito, mas conforme a tradição da Igreja a partir de Inácio de Antioquia (séc. II) requer-se a autorização por Cristo para ser recebido na Igreja local como enviado por ele e ser reconhecido pelas outras Igrejas locais como capaz e digno de exercer o cargo. Desde o início da Igreja parece evidente que aquele que presidia a assembleia eucarística fosse devidamente legitimado. O autor não seria protestante se simplesmente concordasse com o Decreto sobre o Ecumenismo do Vaticano II onde se afirma a respeito das Igrejas protestantes: "Elas não são plenamente Igreja propter sacramenti Ordinis defectum". Aqui se toca num dos pontos importantes da divergência entre a Igreja Católica Romana e a Reforma.

Os cristãos formam em Cristo "um só corpo e com ele um só espírito" (1 Cor 6,17 e 10,16). Esta comunhão de Cristo com sua Igreja (Espôso e Espôsa) exige que um e outra estejam realmente presentes. O caráter comunitário não exclui, porém, a perspectiva individual da íntima união entre Cristo e o fiel.

A eucaristia é também a prefiguração das núpcias do Cordeiro, o antegozo da terra prometida.

Quanto ao ágape dos primeiros tempos da cristandade, a ceia eucarística desligou-se rapidamente dele. Instituída como refeição, a ceia era primitivamente celebrada como consequência de uma refeição comunitária. No século IV, já se apresentam unidades comunitárias menores (paróquias), confiadas a um presbítero, delegado do bispo que antes, presidia, sozinho toda a comunidade da cidade.

A ausência de comunhão (união) entre várias Igrejas provinha da excomunhão mútua ou de incompatibilidade na interpretação do mistério eucarístico, ou surgia de um conflito a respeito do direito de presidir à ceia, ou ainda, por criação de novas cristandades por missionários de países e Igrejas diferentes e divergentes em algum ponto de doutrina ou disciplina.

Hoje, nos perguntamos: será permitido, sem trapacear, entrar em comunhão eucarística, sem depois permanecer juntos nesta comunhão? Esta questão é muito atual em nossos tempos ecumênicos.

"Se a Eucaristia é o selo da unidade, ela é também fator da unidade a ser realizada. Igrejas que consideram a ceia problema quase marginal não deveriam reclamar intercomunhão, mas esta seria bem possível entre várias Igrejas protestantes e os anglicanos".

Quanto às recentes intercomunhões passageiras, por ocasião de assembleias ecumênicas (como a de Nova Delhi e de Uppsala), observa o autor que o Conselho Mundial de Igrejas não é substituto válido de uma Igreja. Uma que não existe. Melhor é, por enquanto, a aceitação magoada da desunião de seus membros e a espera da hora de Deus. Não é a intercomunhão provisória ou limitada que resolve o problema. O que resolve é a comunhão como sinal e declaração concreta da verdadeira união. Antes da comunhão, na liturgia da ceia e da missa (solene), troca-se o beijo da paz, lembrando a ordem de Mateus: "Antes de trazer a tua oferta... vai primeiro reconciliar-te com teu irmão" (5,23,24).

No capítulo quarto, seguem considerações sobre o Pão vivo e o Sacrifício.

Nota-se uma atrofia na Igreja reformada do caráter sacrificial da ceia. Que o próprio Senhor se apresenta na eucaristia como pão vivo segue-se claramente das palavras: "Isto é meu corpo, isto é meu sangue" (Mc 14,22) e "Eu sou o pão da vida" (João VI). São Paulo também é claro na sua declaração: "O pão que partimos não é o da comunhão do Corpo do Senhor?" (1 Cor 10,16). Que a eucaristia é o dom da salvação

é afirmado pelo próprio Senhor: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o ressuscitarei no último dia" (Jo 6,54-58).

A teologia eucarística deve proteger a ceia tanto contra o magismo, como contra o puro simbolismo. O autor é de opinião que, "se a teologia do Ocidente não tivesse desdenhado e mesmo excluído as teologias correntes da Igreja antiga, o protesto da Reforma poderia ter sido evitado".

O milagre eucarístico é obra do Espírito Santo. Conforme o Ocidente católico e também reformado, é obra da Palavra de Deus, palavra dinâmica e poderosa: "Acedendo ao elemento, ela permite a realização do sacramento" (S. Agostinho). A Igreja é atingida *a posteriori*, indiretamente, na medida em que ela comunga o corpo e sangue do Senhor. A comunhão está em relação com a salvação eterna dos comungantes (Jo 6,57), e pode tornar-se motivo de condenação (1 Cor 10,1-13).

O autor pergunta: "Para que serve a transubstanciação se a eucaristia pode ser válidamente celebrada sem a comunhão do povo?" Ele cita a encíclica *Mysterium Fidei* que frisa a natureza pública e social de cada missa. Enquanto a Igreja reformada comemora (muitas vezes) o domingo (no culto) sem ceia, a Igreja Católica multiplica as missas privadas".

No diálogo sincero, os teólogos católicos fariam a estas páginas e declarações vários reparos. O autor, aliás, está bem a par da doutrina católica e

nunca deixa de ser ecumênico. Pergunta a todas as Igrejas se não chegou o momento de reabrir em conjunto o *dossier* da ceia e fazer juntos o inventário das oposições, dos mal-entendidos, das distorções por ação e reação, que dividem a Igreja sobre o assunto da doutrina e da prática eucarísticas. E aconselha exame mais aprofundado por pesquisas exegéticas e conhecimentos litúrgicos e patrísticos.

Quanto à ceia como sacrifício, von Allmen observa que a totalidade da tradição cristã primitiva fala da ceia recorrendo a uma terminologia sacrificial. Como reconciliar isto com a verdade de que o sacrifício do Calvário é único e, portanto, suficiente para a salvação? Primeiro, cita três respostas falsas dos que reduzem a ceia a mera recordação, dos que alegam que Jesus apenas instituiu o ágape e dos que opinam que Jesus instituiu a ceia para facilitar a fé e contrabalançar o materialismo.

Em seguida, aduz as três razões verdadeiras:

1) Jesus compreendia sua morte como um sacrifício oferecido a Deus Pai pela salvação do mundo. Existe um inextrincável vínculo entre a morte e o sacrifício de Cristo, de um lado, e entre a morte de Cristo e a eucaristia, de outro lado. Jesus instituiu na ceia "o memorial deste sacrifício", como nós católicos cantamos no "Sacrum Convivium": "Recolitur memoria passionis Eius". "Corpo e sangue", no dizer de J. Jeremias citado pelo autor, "não são termos antropológicos, mas sacrificais".

2) Jesus quer dar aos seus um exemplo e um mandamento:

A VIDA RELIGIOSA NO BRASIL DE HOJE

texto-base da
VIII Assembléia-Geral
Da Conferência dos
Religiosos do Brasil



Pedidos à
CRB:

Av. Rio Branco, 123
10.º andar - Rio (GB)

ou nas Agências Regionais
da CRB

ESTANTE DE LIVROS

exemplo do que eles devem ser, mandamento do que eles devem fazer para permanecer seus. "Tende em vós o mesmo sentimento que foi o do Cristo Jesus" (Filip 2,5). Jesus convida os fiéis à participação do seu sacrifício por meio dos sacrifícios deles. Sua cruz é única, mas os fiéis devem levar, cada um, a sua (Mt 10,38 e Mc 8,34). Um único sacrifício bastou para que os homens encontrassem a vida, mas os cristãos devem oferecer seus corpos a Deus em sacrifício vivo e santo (Rom 12-1 e Ef 5,2). Conforme S. Agostinho, na eucaristia a Igreja faz a oferta de si mesma.

3) É necessário que permaneça na Igreja a ceia escatológica, a ceia com Cristo, que deixou nela um sinal visível da vida do Reino, o qual já se manifesta no mundo. Os cristãos, celebrando em comunhão fraterna a ceia, proclamam a morte de Jesus "até que ele venha". Não se pode pois excluir o momento sacrificial da ceia.

A ceia é considerada como oração que a Igreja dirige a Deus em nome de Jesus Cristo e como resposta da parte de Deus — síntese do que ele presentemente realiza neste mundo.

A eucaristia é fonte, norma e momento supremo da oração. Nela e por ela, a Igreja suplica a Deus para ser integrada na história da salvação e tornar-se colaboradora desta história.

A ceia é, em segundo lugar, a resposta divina a esta oração, o dom por antecipação do cumprimento final, síntese e prefiguração da parusia. Das palavras "até que ele venha" segue-

se a conclusão: se Jesus vem, tudo o que se espera vem. A ceia é assim a efetivação da oração dominical com todos os seus pedidos e, principalmente, é pela ceia que "ousamos dizer" *Pai nosso e venha o teu Reino.*

Missa e Eucaristia

A ceia é o momento que dá ritmo à vida da Igreja no mundo, pois é dela que a Igreja parte para o mundo e é a ela que a Igreja volta do mundo. Como os apóstolos. "Vós sereis minhas testemunhas" (Jo 15,27).

Aqui se trata de uma missão. O termo *missa* parece não ser introduzido não por razões teológicas e sim por uma circunstância ocasional que fez ligar à demissão ou despedida dos catecúmenos o começo da parte principal e essencial da ceia. Quando não havia mais catecúmenos a despedir, no século quarto ou desde o século quarto, colocou-se o "Ite, missa est" no fim da celebração, de modo que esta, por assim dizer, passou a ser chamada por aquilo que se realizava entre as duas despedidas. Dêste modo, falou-se em *Missarum solemnitas*.

"Seja como fôr, por convenção mais do que por dedução semântica rigorosa, *missa* para o autor é *envio*, é missão que cabe aos fiéis participantes da ceia, dando-lhes a tarefa no mundo de testemunhar o Senhor em sua vida cotidiana e perante os homens na sociedade.

O termo *eucaristia* remonta à origem da Igreja (Didaqué) e se encontra nos textos da instituição (e deu graças) como ato do Senhor.

Missão e eucaristia descrevem, pois, o próprio movimento da Igreja no mundo, a pulsação de sua vida na história: a Igreja não é mais missão do que culto e nem culto somente, mas missão e culto.

Conforme o teólogo ortodoxo Nissiotis, *missão* é o esforço para conduzir à comunidade novos membros, de todo o mundo". A eucaristia constitui em sua catholicidade a Igreja que a missão tinha constituído em sua apostolicidade.

Conclusão

A ceia é o sacramento da unidade cristã. O fato eucarístico deve ser distinguido da teologia e da celebração eucarística. Sua virtude não lhe vem do modo de interpretar, nem da forma de como se celebra, mas da instituição de Cristo e de sua vivificação pelo Espírito Santo. Dizer que a ceia é o sacramento da fé é dizer que para o discernimento do Corpo de Cristo é precisa a intervenção de Deus e o acolhimento desta intervenção pelo comungante.

Digamos com S. João Crisóstomo: "Obedeçamos em tudo a Deus, não o contradigamos, mesmo se o que ele diz parece se opor à razão e à nossa inteligência".

Nós, católicos, como nossos irmãos protestantes; podemos aprender muito dêste livro de professor von Allmen. Será para todos uma revelação encontrar na obra tantas convergências e perspectivas ecumênicas a respeito da *Eucaristia* ou da *Ceia do Senhor*.

Pe. Suitberto Mooy, SS.CC.